

Diário do Legislativo de 23/06/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmolo Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - DELIBERAÇÃO DA MESA

3 - ATAS

3.1 - 16ª Reunião Especial

3.2 - 4ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

3.3 - Reuniões de Comissões

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR*

Adelino Carvalho Lino (PMN)

* Adelino de Carvalho

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

* Carlos Pimenta

César de Mesquita (PMDB)

* César de Mesquita

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PSB)

* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSDB)

* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSN)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

* Luiz Menezes

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PSDB)

* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PSDB)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

*Sargento Rodrigues

Em 16/6/99

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.740/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, e considerando decisão liminar exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no Mandado de Segurança nº 144.593-1, delibera:

Art. 1º - Fica aprovada a seguinte estrutura do gabinete do Deputado Sebastião Costa:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1999.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Deliberação da Mesa nº 1.707, de 23 de março de 1999.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 22 de junho de 1999.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/6/99

Presidência do Deputado Anderson Aداuto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Designação de Comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Posse da Diretoria eleita para o triênio 1999-2002 - Palavras do Sr. Geraldo Melo Corrêa - Palavras da Sra. Dinorah Maria do Carmo - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Dilzon Melo, Gil Pereira e Eduardo Brandão para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades, os membros da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Sr. Itamar Franco; Desembargador Orlando Carvalho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Lúcio Urbano; Dinorah Maria do Carmo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais no triênio 1999-2002; Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais no triênio 1996-1999; Djalma Alves de Azevedo, Presidente da Associação Mineira de Imprensa; Sávio Souza Cruz, Secretário da Administração; Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Assembléia; Tilden Santiago, Secretário de Meio Ambiente; e Manoel Costa, Secretário do Planejamento.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais pelos relevantes serviços prestados à comunidade mineira.

Nesta oportunidade, será empossada a diretoria da entidade, eleita para o triênio 1999-2002, sob a Presidência da jornalista Dinorah Maria do Carmo.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional, que será cantado pelo Coral Ars Nova, sob a regência do Maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Foi Hipólito da Costa, considerado o patrono da imprensa brasileira, que, em Londres, em princípios do século passado, editou o primeiro jornal brasileiro que se conhece. Podemos dizer, assim, que a tradição de grandes jornalistas, no Brasil, começa com esse pioneiro, cujo exemplo até hoje frutifica no trabalho de nossos profissionais da mídia.

Realmente, são tantos os que entre nós se têm destacado nas lides da imprensa, que seria impossível citar a todos. Por essa razão, preferimos lembrar que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais - ora homenageado pela Assembléia Legislativa - sempre foi celeiro desses talentos que fazem da notícia e da informação o seu objetivo.

O Sindicato, como se sabe, foi fundado no já distante ano de 1943. Era iniciativa de um grupo de mineiros, irmanados no ideal comum e em sã manifestação de associativismo, que hoje se traduzem em 56 anos de serviços prestados à população de Minas Gerais.

Acreditamos seja desnecessário historiar aqui toda a trajetória da entidade. Antes, preferimos rememorar sua atuação durante os anos de chumbo, as quase três décadas em que o Brasil esteve mergulhado na ditadura militar. Foi nessa época que o órgão mais mostrou sua face de bravura e de consciência cívica: abraçando a causa democrática, exerceu defesa intransigente dos direitos humanos, teve papel decisivo no movimento pela anistia e destacou-se na denúncia das torturas. É esse aspecto libertário e corajoso que nos vem à mente, no momento em que o sindicato também empossa, neste Plenário, a sua nova diretoria.

O Palácio da Inconfidência e o nosso homenageado muito têm em comum, a começar pelo fato de que ambos funcionam como foro de debates sobre temas de interesse público. É esta afinidade, representada pela conscientização da causa popular, que nos inspira para endereçar algumas palavras aos membros da diretoria que se empossa e, por extensão, a todos os profissionais da imprensa.

Caros jornalistas mineiros, estamos atravessando momento excepcional na vida brasileira, quando a sociedade exige mudanças nos modelos político e econômico. O centralismo do Governo da União levou Minas Gerais a protestar e a estar em plena mobilização para reformular o pacto que une a Federação brasileira. A política econômica vigente, por outro

lado, afetando pesadamente a área social, está a demandar novas diretrizes. Essas transformações, que passam pelas reformas institucionais em andamento no Congresso Nacional, não seriam possíveis sem a participação da imprensa.

O acompanhamento e a fiscalização que a mídia tem feito no dia-a-dia, nessa realidade mutante que hoje caracteriza a vida nacional, não poderiam ser mais oportunos. A imprensa se investe no papel de instituição fiscalizadora, levando ao conhecimento do cidadão o que sucede e cobrando, de quem de direito, as posturas e as ações legitimamente exigíveis. Nesse panorama, o trabalho jornalístico se reveste de enorme responsabilidade. E é para essa responsabilidade que pedimos a atenção dos senhores: não a negligenciem, pois assim fazendo estarão colaborando para que o Brasil saia do impasse político, econômico e social em que se encontra.

Os diretores do sindicato que tomam posse são liderados pela brilhante jornalista Dinorah Carmo, eleita Presidente. Pedimos "venia" para saudá-la e cumprimentá-la afetuosamente, pois é hoje o seu aniversário natalício. Parabéns, Dinorah, pelo duplo significado deste evento! Estendemos nossas felicitações e votos de feliz gestão a seus companheiros de diretoria e, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, confraternizamos-nos com a valorosa classe dos jornalistas, ao ensejo deste evento.

Posse da Diretoria Eleita para o Triênio 1999-2002

O locutor (José Soares Júnior) - Para proceder à leitura do termo de posse da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, convidamos o jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no triênio 1996-1999.

O Sr. Geraldo Melo Corrêa - Termo de posse: "Aos 15 dias do mês de junho de 1999, às 20 horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, realizou-se, sob a Presidência do Deputado Anderson Aduato, reunião especial em homenagem à categoria jornalística, quando foi empossada pelo Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, no triênio 1996-1999, Geraldo Melo Corrêa, a Diretoria eleita para o triênio 1999-2002, composta pelos seguintes jornalistas: Dinorah do Carmo, Presidente; João Evangelista, Maria Genoveva, Edson Rios, Arnaldo Rodrigues e João Gabriel, Cleurice Fernandes e Fernando Augusto, Leida Aparecida e Rogério Zola, Mário Martins Pereira e Ricardo Camargos, Carlos Damasceno e Eleuza Passos, Antônio Luiz Tom Paixão e Auremar de Castro, Ilma Arruda e Walter Serrano, Gisele Bicalho, José Otaviano de Oliveira Lage e Paulo Eustáquio Chiari".

O locutor - Convidamos para assinar o livro de posse os seguintes jornalistas:

Da Diretoria Executiva: Dinorah Maria do Carmo, Diretora-Presidenta; João Evangelista Rodrigues, Diretor Secretário-Geral; Maria Genoveva Ruisdias Fonseca, Diretora Financeira; Edson Rios Júnior, Diretor Administrativo-Patrimonial.

Da Para a Diretoria Setorial, convidamos Arnaldo Rodrigues Viana e João Gabriel da Silva Pinto, Diretores de Saúde; Cleurice Fernandes da Silva Alves e Orlando Augusto Carneiro Guerra, Diretores de Fiscalização e Registro; Leida Aparecida dos Reis e Rogério Zola Santiago, Diretores de Integração com Escolas de Comunicação e Formação Sindical.

Convidamos, também, Mário Martins Pereira e Ricardo Márcio Camargos, Diretores de Atividades Sócio-Culturais; Carlos Damasceno Silva Lopes Pereira e Eleuza Passos Guimaraes, Diretores de Assessorias de Comunicação Social; Antônio Luiz Tom Paixão e Auremar de Castro, Diretores de Assuntos Institucionais, Direito Autoral e Imagem; Ilma Arruda de Araújo Abreu e Walter Serrano, Diretores de Aposentados e Previdência.

Do Conselho Fiscal, convidamos a assinar o livro de posse a Sra. Gisele Maria Bicalho Resende, o Sr. José Otaviano de Oliveira Lage e o Sr. Paulo Eustáquio Chiari.

Convidamos o jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais no triênio 1996-1999, para fazer a declaração de posse.

O Sr. Geraldo Melo Corrêa - Declaro empossada a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Geraldo Melo Corrêa

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, representando, nesta solenidade, o Governador Itamar Franco; Desembargador Orlando Carvalho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Desembargador Lúcio Urbano; jornalista e companheira Dinorah Maria do Carmo, nova Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais; Manoel Costa, Secretário de Estado do Planejamento; Deputado Sávio Souza Cruz, Secretário de Estado dos Recursos Humanos e Administração; companheiro e ex-Presidente de Sindicato, Deputado Tilden Santiago, Secretário de Meio Ambiente; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembléia Legislativa; Djalma Alves de Azevedo, Presidente da Associação Mineira de Jornalistas; companheiros jornalistas e demais presentes, ao ser eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais em 1993, em nossa primeira gestão, tínhamos a consciência de nossa responsabilidade e dos desafios que acabávamos de assumir. Suceder, na época, os companheiros Aloísio Moraes e Américo Antunes, era tarefa difícil, já que ambos dedicaram boa parte de suas vidas à defesa dos interesses de nossa categoria e de um sindicalismo comprometido com a liberdade e a democracia.

Já na nossa primeira gestão conseguimos elevar o piso salarial dos jornalistas, que era um dos mais baixos do País, aos níveis de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, embora ainda esteja distante de representar a qualidade e a formação de nossos profissionais.

Conseguimos implementar campanhas, alertamos sobre os riscos das doenças profissionais, como a Lesão por Esforço Repetitivo - LER - e realizamos no jornal "Hoje Em Dia", em parceria com a direção daquela Casa, um trabalho pioneiro em todo o País, que posteriormente serviu de exemplo para outros veículos e transformou-se em proposta de trabalho da Federação Internacional dos Jornalistas.

Conseguimos também que as empresas de rádio e televisão reconhecessem a existência de jornalistas em seus quadros e passassem a negociar diretamente com o Sindicato da categoria, porque até então entendiam que todos os que trabalhavam nessas emissoras eram radialistas, inclusive os jornalistas.

E, tanto na primeira quanto na segunda gestão, mantivemos o nosso Sindicato aberto a todos os tipos de manifestações democráticas e libertárias, fazendo dali um espaço de convivência solidária com os movimentos sociais. Procuramos também não nos afastar das manifestações sociais, apoiando e interagindo com a sociedade e buscando contribuir e estar presente na luta por um País justo. Podemos afirmar com orgulho que o Sindicato hoje é reconhecido como uma entidade representativa da sociedade civil, tendo assento em diversos conselhos e representações sociais.

Somos membros efetivos dos Conselhos de Direitos Humanos e de Segurança Pública, do Conselho Curador da TV Minas, do Conselho Consultivo do Curso de Comunicações da PUC-MG, participamos de diversas câmaras de comunicação de entidades e somos titulares também do Conselho de Comunicação Social do Estado de Minas Gerais, previsto na Constituição de 1989, e até hoje, infelizmente, ainda não nomeado.

Aproveitamos a oportunidade, na presença do Vice-Governador Newton Cardoso, para solicitar que agilize a nomeação desse Conselho, imprescindível para resgatar o debate público da Comunicação Social em Minas e instrumento prioritário de participação social.

Realizamos, sempre em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas, diversos seminários e encontros nacionais e internacionais - como o Mídia das Américas, que teve resultado positivo nos debates sobre os rumos do jornalismo e da comunicação social a partir da integração dos mercados.

Mantivemos, a duras penas, a edição do nosso jornal "Pauta", que sempre foi o instrumento de integração e informação dos jornalistas mineiros em todo o País.

Procuramos, orientados pelas exigências do mercado, investir em reciclagem profissional e realizamos, nestes últimos anos, vários cursos em diversas áreas do conhecimento, como cultura, história de Minas e do mundo, economia, política e sociologia, através de convênios com instituições de ensino, em particular - e aqui vai também o nosso agradecimento - com a Universidade Newton Paiva, a Unicentro.

Nesses encontros e seminários, buscamos a parceria com a iniciativa privada, contando com os nossos companheiros jornalistas das assessorias de imprensa, que sempre estiveram abertos às nossas propostas, ajudando-nos a viabilizá-las.

E, por fim, reunimos em Belo Horizonte, no mês de maio último, cerca de 600 jornalistas de assessorias, de todo o País, no XII Encontro Nacional dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação, respondendo a uma antiga demanda de que o Sindicato se voltasse também para esses profissionais, não restringindo sua atuação aos jornalistas de veículos.

Mas, senhores, não queremos fazer neste momento um glossário de atividades. Ao contrário, neste momento da posse da nova diretoria, gostaríamos de nos ater a algumas reflexões sobre o momento atual em que vive Minas Gerais e o Brasil.

Estamos diante de um quadro caótico da economia nacional. Somos hoje governados por medidas provisórias, numa verdadeira ditadura legalista que fere os princípios morais e éticos da própria Constituição brasileira. Ao invés de estabelecer o diálogo como conduta, o Governo Federal persiste em adotar uma política monetarista, privatizante, que vem trazendo como consequência o desespero de inúmeras famílias, vítimas do desemprego.

O desemprego bateu também nas portas das redações de jornais e, neste último ano, tornou-se um drama para centenas de jornalistas da Capital e do interior. Houve demissões em praticamente todos os jornais e emissoras de rádio e televisão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com raras exceções.

Infelizmente, o discurso da valorização profissional transformou-se num irônico aviso prévio, sem que as empresas procurassem outras opções para contenção de despesas, que nós sabemos que existem.

Portanto, senhores, aproveitando a presença do Vice-Governador Newton Cardoso, fazemos um pedido público, em nome dos mais de 400 jornalistas do serviço público, para que cessem as demissões no Governo, principalmente na Fundação Rede Minas. Que o Governo Itamar Franco, que teve a coragem de colocar em xeque o modelo econômico do Governo Federal, que abraçou a causa dos trabalhadores, encontre soluções para aumentar a arrecadação e reduzir custos sem que seja necessário condenar pessoas ao injusto terreno da desesperança, do descrédito e do sofrimento. Trata-se de profissionais que já mostraram sua competência e merecem ser ouvidos, neste momento. Faça, portanto, este apelo ao Governador do Estado.

Gostaríamos de fazer uma breve pausa para, neste momento, agradecer aos funcionários do Sindicato, que nos acompanharam durante estes seis anos. Gostaríamos de agradecer também a todos os Diretores do Sindicato e da Casa do Jornalista, que estiveram conosco nestes anos, que nos ajudaram com o seu trabalho e dedicação, e prestamos a eles a nossa mais sincera homenagem, extensiva aos novos Diretores que assumem o Sindicato e a Casa do Jornalista.

Consideramos, sem nenhum proselitismo, que essas pessoas que assumiram e as que, hoje, assumem a direção do Sindicato e da Casa, tiveram e estão tendo um comportamento corajoso, ousado e de profundo compromisso social.

Nós, que militamos em sindicatos, sabemos o quanto é difícil a nossa tarefa, principalmente nos tempos atuais, pois as categorias, não só a dos jornalistas, se acham reféns de uma injusta economia de mercado, onde a preservação do emprego é mais importante que as conquistas trabalhistas.

Assumir o Sindicato, hoje, é, sem dúvida, comprometer-se com a mudança, buscar a transformação e empunhar, de novo, a bandeira da solidariedade, da confiança e da união.

Precisamos resgatar esse sentimento da força de nossa população, mostrar a todos que, juntos, somos invencíveis, somos transformadores, somos capazes de acreditar que este não é o Brasil que projetamos para nós e nossos filhos. O verdadeiro Brasil está no nosso peito, está nos nossos ideais e será, um dia, realidade.

Cumprimentamos, em nome de nossa diretoria, a companheira Dinorah do Carmo, jornalista de vasta experiência, empreendedora e democrática, e desejamos a ela e a toda a sua diretoria sucesso em suas atividades.

Que ela saiba enfrentar os novos desafios com altivez, coragem e também com humildade, procurando elevar o profissional de jornalismo ao lugar que ele merece em nossa sociedade.

Agradecemos à Assembléia Legislativa, ao Presidente, Deputado Anderson Aduato, esta homenagem ao Sindicato dos Jornalistas.

E, por fim, agradecemos a todos os que nos acompanharam e nos apoiaram nestes últimos anos. A eles, o nosso eterno agradecimento. A todos os jornalistas, nossos amigos, que estiveram conosco nos bons e nos maus momentos, pedimos que apoiem a nova diretoria, que ajudem os novos Diretores a implementar suas propostas de trabalho. Passadas as eleições, é hora de esquecer as divergências e arregaçar as mangas para fortalecer a nossa entidade.

Estamos todos unidos na luta pela dignidade profissional, pela valorização de nossa profissão e, mais, somos marinheiros da mesma tripulação, que quer descobrir um novo Brasil, dos brasileiros. Um Brasil sem miséria, sem injustiças sociais, com democracia e liberdade.

Um país que tenha em seus trabalhadores, sejam eles jornalistas ou operários, o seu patrimônio maior. Um país que acredite em sua gente, que incentive o trabalho e que seja coberto pela manta da solidariedade, distribuindo em terreno fértil a semente da esperança.

A nós, jornalistas, cabe a tarefa maior de desbravar essa estrada, com ética, seriedade e compromisso social, criticando, conscientizando e mostrando a todos que, apesar do mau tempo de hoje, não conseguirão retirar de nós a vontade de ver este País transformado.

Somos parte desse grande movimento social que vai, sem dúvida, resgatar a dignidade do povo brasileiro, elevando-o à condição, que é de seu direito, de cidadão do mundo.

Tivemos o orgulho de representar a categoria nesses seis anos e temos orgulho de fazer parte de uma profissão que escreve, no dia a dia, a história de um povo sofrido, mas que leva a todos o principal instrumento da transformação, que é a informação.

Passamos o bastão com muita alegria, pois sabemos que somos cúmplices em ideais e não perdemos jamais a nossa mania de sonhar com um futuro melhor para todos.

Muito obrigado e um grande abraço a Dinorah do Carmo pela posse e pelo seu aniversário.

Palavras da Sra. Dinorah Maria do Carmo

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, representando o Governador Itamar Franco; Desembargador Orlando Carvalho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lúcio Urbano; companheiro

jornalista Geraldo Melo Corrêa, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais dos triênios 1996-1999 e 1993-1996; Manoel Costa, Secretário do Planejamento; Deputado Sávio Souza Cruz, Secretário de Administração; Deputado Tilden Santiago, Secretário do Meio Ambiente, companheiro, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; companheiro jornalista Djalma Alves de Azevedo, Presidente da Associação Mineira de Imprensa; companheiros jornalistas, ex-Presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais Dídimo Miranda de Paiva, Paulo Lott e Manoel Marques Guimarães; companheiros de diretoria; autoridades; familiares; amigos; minha querida categoria jornalística, à qual muito me orgulho de pertencer, sejam as minhas primeiras palavras de profundo agradecimento ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduino, pela honrosa homenagem que presta à nossa categoria.

Honra-nos muito esta manifestação desta egrégia Casa. Sejam também minhas primeiras palavras de adeus a meus pais, já falecidos, e a toda minha ancestralidade por terem me concedido a vida e permitido que eu tivesse a alegria de chegar na maturidade dos meus 56 anos de idade e ver minha categoria depositando confiança na minha pessoa e fazendo-me, nos quase 54 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, a primeira mulher Presidenta. (- Palmas.)

Antes de minha fala oficial, quero ter o prazer de anunciar a diretoria da Casa do Jornalista, irmã siamesa do Sindicato, que, conosco, também nesse triênio de 1999 a 2002, somará forças na atuação junto às duas entidades. A posse da nova diretoria será na Casa do Jornalista, no Sindicato dos Jornalistas, na Avenida Álvares Cabral, 400, no final de julho, onde daremos também uma linda festa.

Diretoria da Casa do Jornalista para o triênio 1999-2002: Presidente: Petrônio Pacheco da Fonseca; Diretor Social: Carlos Felipe de Melo Marques Horta; Diretor Secretário-Geral: Walter Pernambuco de Freitas; Diretora- Tesoureira: Salma Nazira Corrêa Rocha; Diretores Suplentes: Adriano de Souza Ventura, Carlos Menezes e Nísio Antônio Teixeira Ferreira; Conselho Supervisor: Elizabeth Cile Pestana, Emílio Sávio de Moraes, Eudócio dos Santos Filho, Fábio Proença Doyle, Maura Eustáquia de Oliveira, Nilza Helena Costa de Oliveira e Sérgio Erser.

No desempenho de nosso secular ofício, nós, os jornalistas, às vezes, na curta duração de uma jornada de trabalho, vemos o êxtase e a angústia, a dor e a delícia de pertencer a essa maravilhosa criação do cosmos que é a raça humana; de ser espectadores e personagens dessa grande aventura, talvez única no universo, chamada civilização.

Ao longo dessa longa jornada secular, vimos a queda da Bastilha mas vimos o terror. Vimos a Revolução Industrial, com todo o bem que trouxe, e a fome conseqüente. Vimos Hitler e vimos Schindler. Vimos o Estado Novo mas vimos o nascimento da industrialização brasileira. Vimos a longa e sinistra noite do golpe de 64 e a implantação do gênese de uma estrutura econômica moderna.

Na era dos monges copistas que desenhavam iluminuras em códices nas celas medievais, passando pela imprensa de Gutemberg, até chegar aos tempos do "mass mídia" e, nos últimos 13 anos, à era da informática, com a conseqüente globalização da comunicação, o caminho foi longo, e lento, e caminhado. Entre tons cinzas e róseos, aprendemos ser o progresso o destino da humanidade.

A sociedade, suas instituições, seus padrões e costumes passam por radicais transformações. Os blocos econômicos - já que a economia também se globaliza - aí estão com seus impactos específicos. Os conceitos, métodos e técnicas de educação e convivência social passam por revoluções. A informática vai pondo de cabeça para baixo todo o mundo em que vivemos. A Internet coloca-nos, instantaneamente, em contato com qualquer parte do Globo Terrestre.

Portanto, neste tempo de revolução tecnológica e "informacional" que vivenciamos, neste tempo em que as organizações públicas e privadas tão fortemente se alteram, o movimento sindical tem de se adequar a tudo isso, sob pena de enfraquecer ou desaparecer por inutilidade e obsolescência.

Mesmo considerando-se o caráter reivindicatório que é a fundamentação de quaisquer sindicatos, tais reivindicações, sobretudo nessa última década, mudaram de alvo, de meios e até de fins.

Urge, pois, que o sindicalismo se prepare para enfrentar a realidade de hoje, mas principalmente os desafios que um novo século, um novo milênio já antepõe a todos nós.

Portanto, repensar a nossa instituição sindical e pôr em prática novas metodologias de trabalho é o grande desafio que a nova diretoria, para o triênio 1999-2002, tem a honrosa, porém pesada, responsabilidade de executar.

O Brasil e, conseqüentemente, o sindicalismo, passam por mudanças estruturais, debatendo-se em crises político-econômicas geradas pelas mazelas do neoliberalismo reinante, cujo modelo de economia perverso, adotado pelo Governo Federal, tem prejudicado diversificados estratos sociais, exceção feita para uma elite privilegiada, detentora de forte concentração de renda e de riqueza.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais tem, a partir de agora, o compromisso de fortalecer a categoria, para que exista sempre mercado de trabalho condigno, para que nossos companheiros trabalhem em condições adequadas, dignas e sejam, principalmente, remunerados com salários mais justos. Como bem disse o filósofo Karl Marx, "trabalho é a condição fundamental, primeira de toda a vida humana; e o é, a tal ponto, que podemos dizer: o trabalho criou o próprio homem".

Portanto, nosso sindicato terá, necessariamente, de reestruturar-se, rever suas táticas e estratégias não só de ação externa, mas também de atividades internas, incluindo novas e criativas formas de levantar os recursos necessários ao custeio de suas lutas, complementarmente às anuidades de seus associados, através de novas parcerias, para bem servi-los.

Conscientização e mobilização da categoria jornalística são pontos fundamentais para um sindicato participante e participado na essência de seu próprio avanço.

E, nessa participação, a mais ampla possível, reside a esperança de uma ação mais forte no futuro, na defesa dos interesses da categoria, desde o jovem neo-sindicalizado ao companheiro veterano já aposentado. Uma ação que se estenda à consciência de cidadania, que se constrói com informação livre e dignidade profissional. É uma ação que permeia a defesa dos interesses político-sociais de todos quantos se revêem no projeto democrático, participado e plural de nosso sindicato e de nossa sociedade civil.

Sim, nós acreditamos no sistema democrático e representativo, pois a nossa experiência, como grupo, gravou, em nossa memória coletiva, a informação de que não foi inventado ainda nenhum sistema melhor de gerenciamento dos conflitos de interesses entre pessoas e grupos sociais, em uma nação.

O fim de uma era histórica significa o nascimento de outra, pois, apesar de opiniões em contrário, a História não acabou.

E, nesse nascimento, as dores do parto são grandes, principalmente nos países pobres e periféricos.

Dissemos países pobres e periféricos, pois, embora os nossos atuais condutores queiram nos convencer de que o desemprego, os hospitais demolidos, as escolas destruídas e os jovens desesperados pela falta de perspectiva sejam um fenômeno repartido igualmente entre os povos, pela globalização financeira, a coisa não se passa exatamente assim. Os franceses continuam usufruindo de um excelente serviço social. Os trabalhadores ingleses continuam contando com tratamento médico, auxílio-desemprego e moradia satisfatórios. Os italianos não podem se queixar de sua previdência social, para não se falar de países como os da Escandinávia e a Nova Zelândia, onde os governos são capazes de cuidar do povo, praticamente, do berço ao túmulo. E o que dizer dos Estados Unidos, onde o jovem se dá ao luxo de escolher seu primeiro posto de trabalho?

Como testemunhas diuturnas da história, nós, os jornalistas, queremos estar presentes nesses grandes debates.

Queremos dizer que, apesar de o Poder tentar nos convencer de que tudo pertence à natureza das coisas, comovem-nos mãozinhas sujas, estendidas em busca de "um trocado aí, tia",

para garantir a comida da hora seguinte; comove-nos a figura do nosso vizinho, desempregado e com vergonha de chegar à janela, por ser hora de trabalho e de não ter para onde ir. Comove-nos e, principalmente, causa-nos preocupação e angústia ver tantos companheiros jornalistas da mais alta competência e dignidade profissional, desempregados.

Urge, portanto, lutar obstinadamente pela abertura e ampliação do sacrossanto mercado de trabalho, sobretudo para os companheiros acima de 45 anos, os mais atingidos.

Irrita-nos ver o espaço profissional dos comunicadores sociais invadido por pessoas inabilitadas para a profissão, sem diploma de curso superior de Comunicação Social ou sem registro profissional, usurpando o lugar de quem nele deveria estar. O abuso dimensiona-se tão grande, que a nova diretoria, aqui empossada, vai abrir a discussão para a implantação e regulamentação do Conselho Regional de Jornalismo.

No serviço público, por exemplo, desde a Constituição de 1988, não houve concurso público para a admissão de jornalistas nos três mais importantes veículos de comunicação do Estado de Minas Gerais: TV Minas, Rádio Inconfidência e Imprensa Oficial. O Sindicato defende a oportunidade igual para todos; portanto, a carreira e o concurso para admissão de jornalistas no serviço público. É uma questão de prática da democracia. Lutaremos firmemente - avisamos nesta oportunidade, respeitosamente, ao Governo Estadual - pela defesa do mercado profissional do jornalista no setor público. E esperamos a cooperação das autoridades governantes. A democratização da informação exige a presença do profissional de imprensa habilitado em todos os órgãos públicos.

Ocorre-me Pe. Antônio Vieira, tão atual agora como em 1640, na igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, em Salvador, Bahia, no sermão pelo sucesso das armas da rainha contra os holandeses invasores: "Não venham pedir pedindo, senão protestando e contestando, pois é esta a razão, a licença e a liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça."

Finalmente, nós que hoje tomamos posse, à frente de um dos maiores sindicatos de jornalistas do País e, por coincidência histórica, tendo pela primeira vez uma mulher como sua Presidenta, queremos dizer que somos a favor de uma entidade sindical política, mas pluralista, forte, intelectualmente humilde e aberta às críticas da categoria e da sociedade como um todo, inserida no momento presente e atenta às grandes transformações e debates de interesse do País.

Somos a favor de um Legislativo respeitado, soberano e sintonizado com os interesses gerais. Um Legislativo aliás que, de um modo geral, nos grandes e reais momentos sempre respondeu positivamente aos anseios da Nação.

Somos a favor de um Judiciário também forte, respeitado, independente, infenso, mas passível dos males derivados das fraquezas humanas e sobre o qual a sociedade tenha algum tipo de controle.

Somos a favor e, a nosso modo, lutaremos por um Poder Executivo forte e soberano, correto, respeitador dos direitos gerais e individuais da sociedade e do cidadão, capaz de trabalhar para que o ser humano tenha as condições mínimas de buscar a sua própria felicidade.

Para isso, somos a favor de descer às entranhas do País, quando isso significar uma vigilância constante em favor do bom uso da república, da coisa pública. Somos a favor do direito de dizer aos cidadãos que, apesar do poder se contrariar com isso, as coisas talvez não precisem ser tão injustas.

Finalmente, queremos dizer que acreditamos no ser humano, acreditamos na história e, mais do que tudo, acreditamos no amor e na solidariedade humana. Muito obrigada.

Quero pedir desculpas à minha querida companheira, jornalista Mazza de Palermo. Perdoe-me, acho que estava muito emocionada. Mazza fará parte do Conselho Supervisor da Casa do Jornalista Maria Mazarello de Palermo da Silva.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar à jornalista Dinorah Maria do Carmo, Presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais, uma placa comemorativa com os seguintes dizeres: "Ao ensejo da posse da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, eleita para o triênio 1999-2002, sob a presidência da jornalista Dinorah Maria do Carmo, a Assembléia Legislativa enaltece o papel histórico cumprido pela entidade em mais de meio século de atividades afirmando-se como território livre da resistência democrática, como espaço aberto à construção da cidadania e como instrumento de luta na defesa e valorização do profissional de imprensa. Belo Horizonte, 15 de junho de 1999".

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação de quatro canções pelo Coral Ars Nova: "Exultate Deo", de Scarlatti; "Pater Noster", de Villa Lobos; "É a ti Flor do Céu", do Folclore mineiro, com arranjo do maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, e "Halluluya", de Haendel.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência tem a honra de convidar as autoridades presentes, os membros da Diretoria dos Sindicatos dos Jornalistas e os demais convidados para a reunião especial em comemoração aos 100 anos de circulação ininterrupta do Jornal Lavoura e Comércio de Uberaba, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 17, às 20 horas, neste Plenário. A Presidência manifesta seu agradecimento ao Sr. Vice-Governador, Dr. Newton Cardoso, às demais autoridades presentes, à Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, ao Coral Ars Nova e aos convidados pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a extraordinária da mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia treze de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados José Braga, Dilzon Melo e Durval Ângelo, membros da Mesa da Assembléia; Márcio Cunha, Rêmolo Aloise, Olinto Godinho e Mauro Lobo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e Rêmolo Aloise, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Braga, declara abertos os trabalhos, sendo, em seguida, a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílio para despesas de capital e transferência a município, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95; da Deliberação da Mesa nº 1.556 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Rêmolo Aloise, Corregedor; Dilzon Melo e Rêmolo Aloise, relatores no âmbito da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente, os quais, após verificarem as prestações de contas, emitem, cada um por sua vez, pareceres pela aprovação, em conjunto, nos processos das seguintes entidades: Ação Social São Pedro, Assistência Social São Judas Tadeu, Associação Amigos Nova Porteira, Associação Assist. Surdos-Mudos - Uberaba, Associação Assistencial Promocional Pastoral Oração Viçosa, Associação Atlético Bandeirante, Associação Catadores Papel Papelão Material Reaproveitável, Associação Comun. Açucena, Associação Comun. Amigos Congonhas, Associação Comun. Bairro Menezes, Associação Comun. Barreiro Grande, Associação Comun. Bituri, Associação Comun. Comunidade Santa Cruz, Associação Comun. Dolores Guanhães - ACORD -, Associação Comun. Mangal, Associação Comun. Mata Pachecos, Associação Comun. Moradores Bairro São Domingos Baixo, Associação Comun. Pedra Anta, Associação Comun. Pequenos Prod. Rurais Barrigudas, Associação Comun. Pró-Melhoramento B. Chácara Santo Antônio, Associação Comun. Rural Catule, Associação Comun. Rural Porteira Nova, Associação Comun. Seara Luz, Associação Comun. Unidos Venceremos, Associação Congados Terno Maravilha, Associação Deficientes Boa Esperança, Associação Deficientes Físicos Uberaba, Associação Desenv. Bairro Tangará Adjacências, Associação Desenv. Comun. Burity Grande, Associação Feminina Nova Aliança, Associação Filantrópica Anfrísio Coelho, Associação Hospital Belizário Miranda, Associação Moradores Amigos Pov.

Capela N. Sra. Porto Saco, Associação Moradores Bairro Conceição, Associação Moradores Bairro Santa Cecília, Associação Moradores Caixão, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Boa Esperança, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Mariana, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Três Pontas, Associação Pró-Comunidade Conquista, Associação Santarritense Assistência, Associação Trabalhadores Rurais Localid. Bonsucesso Pindaíba, Associação Vicenciana Assist. Menor, Caixa Escolar Coronel Eduardo Gouveia, Caixa Escolar Dr. Moacir Rezende, Caixa Escolar Helena Antipoff, Caixa Escolar Juscelina Borges Coelho, Caixa Escolar Professora Sílvia Mesquita, Caixa Escolar Sílvio Senra Duque, Caixa Escolar Simeão Manhães Pinto, Casa Amizade Monte Santo Minas, Casa Menor Rosa Mata, Casa Repouso Dona Albertina Dores Lara, Centro Apoio Cultural Educacional Sul-Mineiro, Centro Desenv. Comun. Burity, Centro Educacional Menor Aura Celeste, Centro Integrado Desenv. Comunitário, Centro Integrado Desenv. Social, Centro Social Desportivo Araçá, Clube Amizade Carai, Conselho Comun. Cieba, Conselho Comun. Município Água Comprida, Conselho Desenv. Brasilândia, Conselho Desenv. Comun. Bairro Belém, Conselho Desenv. Comun. Campo Bonito, Conselho Desenv. Comun. Capela Mangues, Conselho Desenv. Comun. Comunidade Ararão, Conselho Desenv. Comun. Marruaz, Conselho Desenv. Comun. Penha Capim, Conselho Desenv. Comun. São José Cachoeira, Conselho Desenv. Social Santo Antônio Região, Conselho Desenv. São Pedro Glória, Conselho Particular São Gonçalo para SSVP, Conselho Particular Vicentino São Gonçalo Abaeté, Creche Comun. Criança Feliz, Creche Comun. Sorriso Criança, Creche Criança Feliz - Arapuá, Creche Santa Rita Cássia, Dispensário São Vicente Paulo - São Gonçalo Abaeté, Faculdades Unidas Norte Minas, Fundação Assistencial Educacional Dores Indaiá, Grupo Integração Social, Grupo Samaritanas Núcleo Sabará, Hospital Frei Caetano Maternidade Santa Tereza, Hospital São Vicente Paula Pote, Instituto Nossa Sra. Carmo - Barroso, Liga Esportiva Nepomuceno, Moçambique Rosário Fátima, Movimento Jovem Desenv. Integral Pessoa Humana Região, Movimento Social Janaúba Viva, Obras Sociais Paróquia Nossa Sra. Aparecida, Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas, Prefeitura Municipal de Araçuaí, Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, Prefeitura Municipal de Cataguases, Prefeitura Municipal de Diamantina, Prefeitura Municipal de Divinópolis, Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Dourado, Prefeitura Municipal de Faria Lemos, Prefeitura Municipal de Iapu, Prefeitura Municipal de Ipiatinga, Prefeitura Municipal de Itinga, Prefeitura Municipal de Ladainha, Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos, Prefeitura Municipal de Lassance, Prefeitura Municipal de Luislândia, Prefeitura Municipal de Muzambinho, Prefeitura Municipal de Perdizes, Prefeitura Municipal de Rio Preto, Prefeitura Municipal de Santa Margarida, Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata, Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Prefeitura Municipal de São Romão, Prefeitura Municipal de Sericita, Riviera Atlético Clube, Santa Casa de Misericórdia - Boa Esperança, Santa Casa de Misericórdia - Conquista, Sociedade Civil Benef. Nossa Sra. Aparecida. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão para a próxima reunião conjunta, determina que se livre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 20 de maio de 1999.

José Braga, Presidente - Dilzon Melo - Durval Ângelo - Márcio Cunha - Rêmoló Aloise - Mauro Lobo - Eduardo Hermeto - Antônio Júlio.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Às quinze horas do dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago, Dinis Pinheiro e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência no uso de suas atribuições, informa que decide não submeter à deliberação da Comissão o requerimento do Deputado José Henrique em que solicita a revisão de atos realizados na reunião do dia 14/4/99, por ser ele intempestivo, haja vista que a solicitação versa sobre matéria vencida. A seguir, o Presidente distribui o Projeto de Lei nº 111/99 ao Deputado Dinis Pinheiro. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Arlen Santiago, relator do Projeto de Lei nº 142/99, no 1º turno, procede à leitura de seu parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Dinis Pinheiro, relator do Projeto de Lei nº 160/99, no 1º turno, procede à leitura de seu parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas de nºs 1 e 2. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados em turno único os Requerimentos nºs 290, 292, 293, 297, 306, 307, 308, 329 e 331/99. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Arlen Santiago apresenta requerimento em que solicita sejam convidados o Diretor-Geral do DETRAN, o Diretor-Geral do DER-MG e o Presidente da BHTrans, com a finalidade de se analisarem os critérios adotados para o estabelecimento do limite de velocidade de 60Km/h nas principais vias de tráfego urbano em Belo Horizonte e Contagem. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Batista de Oliveira apresenta requerimento reivindicando a criação de uma linha seletiva com ônibus padrão executivo entre Ipatinga e o Rio de Janeiro. Colocada em votação, é esta matéria aprovada. A Presidência passa a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Arlen Santiago, e apresenta requerimento em que solicita seja realizada uma audiência pública, com a presença da jornalista Susy Belloussier, Assessora de Comunicação Social da Rabaça e Associados - Rio de Janeiro e, do Sr. Antônio Erdes Bertoletti, Diretor-Geral do DER-MG, para debaterem o tema "Informalidade nos Transportes Públicos de Passageiros". Submetida a votação, é a matéria aprovada. Retomando à Presidência, nada mais havendo a ser tratado, o Deputado Álvaro Antônio agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente - Wanderley Ávila - Alberto Bejani.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às quatorze horas do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Christiano Canêdo, Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo, Gil Pereira, Paulo Piau, Marco Régis e Maria Olívia (substituindo esta ao Deputado Amílcar Martins, por indicação da Liderança do PSDB), Elbe Brandão e Mauro Lobo. Havendo número regimental, o Deputado Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente da Assembléia, declara aberta a reunião e informa que esta se destina a ouvir os Srs. Geraldo Rezende, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo; Paulino Cícero, Secretário de Minas e Energia; Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral; Lúcio Guterrez, Presidente do SINDIELETRO; Vilson Luís da Silva, Presidente da FETAEMG; Luiz Custódio, Presidente do SINDAÇUCAR; José de Souza Mota, representante da Associação dos Fornecedores de Cana; José Ferreira Pinto, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Minas Gerais; e Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, que irão, em debate público, discutir e avaliar o tema "Manutenção do Emprego na Indústria do Açúcar e do Alcool". O Deputado Durval Ângelo convida os expositores a tomar assento à mesa e, em seguida, passa a coordenação dos trabalhos ao Deputado Ivo José, Presidente desta Comissão. O Deputado Ivo José solicita ao Deputado Christiano Canêdo que proceda à leitura da ata da reunião anterior. Em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Olívia, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Neste momento, o Deputado Ivo José registra a presença do Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Anderson Aduato diz que, atualmente, Minas produz apenas metade do que consome de álcool e que o Governo fará de tudo para que, ao final deste mandato, o Estado se torne auto-suficiente nessa área. Após as considerações iniciais do Presidente da Assembléia Legislativa, passa-se a palavra aos convidados para suas explanações e ao público presente, para formulação de perguntas. Segue-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos expositores, às demais autoridades e aos participantes pela presença, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.

Ivo José, Presidente - Christiano Canêdo - Ronaldo Canabrava - Luiz Menezes - Amílcar Martins.

ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas e quinze minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha (substituindo o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), José Alves Viana, Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrú, por indicação da Liderança do PSDB), Arlen Santiago, Chico Rafael, membros da Comissão de Administração Pública; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Alves Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno, no âmbito das Comissões, do Projeto de Lei nº. 333/99, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG a participar de consórcio para construção da Hidrelétrica de Irapé e dá outras providências. A Presidência informa que foram designados relatores para emitir seus pareceres os Deputados Arlen Santiago, pela Comissão de Administração Pública, e Márcio Cunha, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago emite seu parecer pela aprovação da matéria. Na fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Fábio Avelar, Mauro Lobo, Chico Rafael, Miguel Martini e Arlen Santiago. O Deputado Chico Rafael apresenta requerimento no qual solicita que seja adiada a discussão do parecer do relator. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Deputado Miguel Martini apresenta requerimento solicitando

que sejam convocados os Presidentes da COPASA-MG e da CEMIG e o Secretário de Estado de Obras Públicas, para reunião das Comissões, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei nº 333/99, de autoria do Governador do Estado. Na fase de votação, o Deputado Eduardo Hermeto solicita a palavra e sugere ao Deputado Miguel Martini que as autoridades relacionadas sejam convidadas a comparecer na reunião das Comissões, o que é acatado pelo autor do requerimento. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a reunião conjunta a ser realizada no dia 15/6/99, às 9 horas, com a finalidade de ouvir o Sr. Marcelo Lignani Siqueira, Presidente da COPASA-MG, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei nº 333/99, de autoria do Governador do Estado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

Mauro Lobo, Presidente - José Alves Viana - Chico Rafael - Fábio Avelar - Arlen Santiago - Miguel Martini - Eduardo Hermeto

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, que levará ao conhecimento de representantes de entidades ligadas à área a agenda de trabalho da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, discutir a atual situação dos documentos do extinto DOPS, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, e apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, o Presidente procede à leitura da seguinte correspondência recebida: carta anônima, em que se solicita apuração da seriedade da parceria FUNAI-ABRAÇO - Subseção Uberaba, que se diz ter a finalidade de acabar com o alcoolismo dos índios maxacalis; da Deputada Maria Tereza Lara e do Promotor de Justiça da Comarca de Betim, em que encaminham cópia do acordo firmado entre a Prefeitura Municipal de Betim e os acampados do Bairro Bandeirinhas, naquele município; da Sra. Dulce Maria Pereira, Presidente da Fundação Cultural Palmares, em que informa, atendendo a pedido desta Presidência, que aquela Fundação já realizou levantamento prévio das comunidades remanescentes de quilombos existentes no Brasil; do Sr. Sebastião Alexandre Ramos, Diretor-Geral do Centro de Formação de Condutores Ltda., em que solicita providências desta Comissão, para interceder junto ao DETRAN-MG, a fim de que seja agilizado o processo nº 004522, em que se requer o credenciamento e ingresso daquela empresa na Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores - RENFOR -; do Prefeito Municipal de Malacacheta, referente ao falecimento do Sr. Horácio Xavier Martins, vítima de agressão física ocorrida no Município de Setubinha. Ato contínuo, o Presidente comunica que a Deputada Maria Tereza Lara foi designada relatora das emendas apresentadas em Plenário aos Projetos de Lei nºs 105 e 117/99; o Deputado Glycon Terra Pinto foi designado relator do Projeto de Lei nº 143/99, e o Deputado Marcelo Gonçalves, relator do Projeto de Lei nº 84/99. Passa-se à fase de discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. O Projeto de Lei nº 224/99, no 1º turno, foi retirado da pauta a requerimento do relator, Deputado Marcelo Gonçalves. A seguir, passa-se à fase de apreciação de matérias que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Sobre a mesa, os Requerimentos nºs 325 e 328/99, os quais são aprovados. Ato contínuo, na fase de discussão e votação, foram apresentados seis requerimentos: três da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita o seguinte: seja realizada audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Saúde, para debater o tema "Políticas Públicas para a AIDS em Minas Gerais"; seja realizado um seminário sobre a prevenção à violência, com a presença dos convidados que menciona; seja indicado um membro desta Comissão para participar dos trabalhos de organização do seminário sobre desemprego, que será promovido pela Comissão de Trabalho; um do Deputado Edson Rezende, solicitando a realização de uma audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Saúde, para discutir as causas e consequências da violência urbana no Estado de Minas Gerais; um do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão, para se discutirem propostas referentes à adoção de um programa de proteção a policiais e seus familiares em situação de risco pessoal; do Deputado Rogério Correia, solicitando reunião com a presença de autoridades e familiares de vítimas de violência urbana, para discutir o Projeto de Lei nº 267/99. Nesse momento, o Presidente convida a tomar assento à mesa dos trabalhos o Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário de Estado da Cultura, e o Dr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos. Após, passa a palavra ao Deputado Glycon Terra Pinto, autor do requerimento que deu origem à 1ª Parte desta reunião, que tece suas considerações iniciais. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao expositor, Dr. José Francisco da Silva. A exposição do Secretário Adjunto é interrompida, por falta de energia elétrica. O Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas do dia nove de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, José Alves Viana, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Alves Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência de ofício do Sr. Nilton Salomão, Deputado à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (publicado no "Diário do Legislativo" de 5/6/99). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente dá prosseguimento à discussão do parecer em que o Deputado José Alves Viana, relator do Projeto de Lei nº 172/99 no 1º turno, conclui por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Por motivo técnico, o Presidente suspende a reunião. Às 15 horas, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, reabre os trabalhos, com a presença dos Deputados José Alves Viana, Sebastião Navarro Vieira e Antônio Genaro. O Presidente, na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 112/99 no 1º turno, emite parecer em que conclui por sua rejeição. Na fase de discussão, o Deputado Sebastião Navarro Vieira solicita vista do parecer, que lhe é deferida pela Presidência. Com a palavra, o Deputado Antônio Genaro, relator do Projeto de Lei nº 238/99, emite parecer em que conclui por sua aprovação com a Emenda nº 1, sugerida pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. É colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 346/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que pleiteia seja encaminhado ofício ao Governador do Estado, solicitando seja enviado à Casa, em vista do parágrafo único do art. 134 da Constituição da República, c/c os arts. 66, III, "f", e 130, da Constituição do Estado, projeto de lei complementar dispondo sobre a organização da Defensoria Pública do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - José Alves Viana - Arlen Santiago - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às quatorze horas e quinze minutos do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados a correspondência enviada pelo Sr. Jefferson William da Silva Mourão, Presidente da Associação Nacional de Defensores dos Consumidores de Crédito - ANDEC -, em que encaminha cópia da carta concernente à CPI dos Bancos - Sistema Financeiro Nacional, dirigida aos Deputados Federais e Senadores da República. Ato contínuo, a Presidência dá ciência aos Deputados de que, em 11 e em 14/6/99, os Deputados Mauri Torres e Benê Guedes foram designados relatores dos Projetos de Lei nºs 316/99, no 1º turno, e 232/99, no 2º turno, respectivamente. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, a Deputada Elaine Matozinhos procede à leitura do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 301/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Em seguida, passa-se à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a votação o Requerimento nº 362/99, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária DA CPI DA CEMIG

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bilac Pinto, Antônio Andrade, Amilcar Martins, Chico Rafael, Eduardo Brandão e Eduardo Daladier, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes, também, os Deputados Dilzon Melo, Arlen Santiago, Mauri Torres, Ambrósio Pinto, Márcio Kangussu, Wanderley Ávila, Ailton Vilela, José Braga, Mauro Lobo, João Pinto Ribeiro e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amilcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a finalidade da reunião é ouvir o Deputado Federal Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, a quem convida a compor a mesa dos trabalhos. O convidado, com a palavra, faz a sua exposição e, em seguida, é questionado pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Andrade, Bilac Pinto, Amilcar Martins e Chico Rafael. O Deputado Arlen Santiago tece algumas considerações. Durante os debates, o Presidente, de ofício, prorroga a reunião por mais 2 horas, por estar se esgotando o prazo regimental. Encerrados os questionamentos, o convidado faz suas considerações finais. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão passa a Presidência ao Deputado Bilac Pinto, para que possa apresentar requerimento, em que pede sejam solicitadas informações ao Presidente da CEMIG acerca dos lucros obtidos pela referida empresa, do valor dos dividendos e de como se deu a divisão desse montante entre os acionistas da empresa, nos últimos quatro anos. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Bilac Pinto retorna a direção dos trabalhos ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Deputado Antônio Andrade apresenta requerimento, em que solicita seja prorrogado o prazo de funcionamento desta CPI por mais 60 dias. O Deputado Chico Rafael requer seja solicitada à Southern Electric do Brasil Participações Ltda. cópia da nota promissória de R\$508.546.013,40, devidamente quitada, bem como o comprovante de ingresso no País das divisas em dólares para resgate da citada nota promissória. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os dois requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação e colaboração do Deputado Federal Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, pelos subsídios prestados à Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1999.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Bilac Pinto - Eduardo Daladier - Antônio Andrade - Agostinho Silveira.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Às quinze horas do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Pastor George e Álvaro Antônio (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Álvaro Antônio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a ouvir explanação sobre as metas da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para 1999 e o impacto do Programa MicroGerais sobre as pequenas e as microempresas. A Presidente registra a presença do Secretário Geraldo Gomes Rezende e concede a palavra ao Deputado Pastor George, autor do requerimento que motivou a reunião, e ao convidado para sua explanação. Segue-se amplo debate, conforme constam nas notas taquigráficas. Após as considerações finais do convidado, a Presidente suspende os trabalhos para que este se possa retirar. Reabertos os trabalhos, a Presidente designa o Deputado Pastor George para relatar o Projeto de Lei nº 185/99. Prosseguindo, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita a apreciação do Plenário. Na ausência do Deputado Márcio Cunha, relator do Projeto de Lei nº 209/99, a Presidente redistribui a matéria ao Deputado Pastor George, que emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição de deliberação conclusiva da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 365/99. A seguir, a Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposição da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Pastor George, que solicita sejam convidados o Sr. Edson Soares, Prefeito de Teófilo Ottoni; e o Sr. Carlos Henrique Pollicene, Diretor-Executivos das ZPEs, para debater a ZPE-Mucuri. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - Alberto Bejani - Eduardo Daladier.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e quinze minutos do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Rogério Correia e Rêmolo Aloise, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Alberto Pinto Coelho, José Alves Viana, Durval Ângelo e Elaine Matozinhos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 142, 179 e 188/99 (Deputado Mauro Lobo); 149, 177 e 221/99 (Deputado Rêmolo Aloise); 152 e 262/99 (Deputado Rogério Correia); 181 e 187/99 (Deputado Márcio Cunha); 189 e 315/99 (Deputado Miguel Martini); 227/99 (Deputado Eduardo Hermeto); 343/99 (Deputado Eduardo Hermeto). Informa, ainda, que designou o Deputado Rêmolo Aloise como relator parcial da última proposição. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 177/99 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Olinto Godinho); 88/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Miguel Martini); 170/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Eduardo Hermeto) e 229/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Rêmolo Aloise). Durante a discussão do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 40/99, em que o relator, Deputado Rogério Correia, conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, o Deputado Eduardo Hermeto apresenta requerimento em que solicita o adiamento da discussão. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A seguir, os Deputados Rêmolo Aloise e Miguel Martini, relatores, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 191 e 162/99, respectivamente, solicitam, cada um por sua vez, prazo regimental para emitirem seus pareceres. Durante a discussão do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 126/99, em que o relator, Deputado Miguel Martini, conclui pela aprovação da proposição, o Deputado Eduardo Hermeto solicita vista da matéria, que lhe é concedida pelo Presidente. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 356/99, do Deputado Arlen Santiago; 364/99, do Deputado Paulo Piau, e 361/99, do Deputado Pastor George. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Miguel Martini, em que solicita sejam convidados os Prefeitos Municipais de Ouro Branco e Congonhas, para debater o impacto financeiro do Projeto de Lei nº 42/99; do Deputado Mauro Lobo, em que pleiteia sejam solicitadas informações à AÇOMINAS sobre sua atuação nos Municípios de Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto; do Deputado Eduardo Hermeto, em que pleiteia sejam solicitadas informações à Secretaria da Fazenda sobre o impacto financeiro do Projeto de Lei nº 40/99; sejam solicitadas informações à Secretaria da Fazenda e ao DETRAN-MG sobre o impacto financeiro do Projeto de Lei nº 162/99; e sejam solicitadas informações ao DETRAN-MG sobre o impacto financeiro do Projeto de Lei nº 88/99; do Deputado Rogério Correia, em que solicita a realização de reunião conjunta com a Comissão de Saúde, para debater a liberação de recursos da União para o Instituto Maria da Glória Ferreira Varella, destinados à construção e aquisição de equipamentos para hospital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Rogério Correia - Rêmolo Aloise.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 23/6/99

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Wellington Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Gomes Floriani para o cargo de Diretor-Geral do IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 200/99, da Comissão de Educação, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário da Educação sobre a situação funcional dos professores dos cursos de nível médio de qualificação profissional extintos em decorrência de medidas adotadas por esse órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 203/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário da Casa Civil sobre a documentação do contrato entre o Estado e a empresa SMP & B Comunicação, referente à publicidade do Enduro Internacional da Independência, realizado no ano passado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 204/99, da Comissão do Trabalho, em que pede sejam solicitadas informações ao Comandante da 85ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais referentes às denúncias efetuadas por integrantes do Movimento Sem Terra, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 205/99, do Deputado Márcio Kangussu, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário do Planejamento e Coordenação-Geral e ao Presidente da TURMINAS sobre a perspectiva de inserção do Vale do Jequitinhonha no Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 212/99, do Deputado Aílton Vilela, em que pede sejam solicitadas informações ao Diretor-Geral do DER-MG e à Secretaria dos Transportes sobre o cumprimento do cronograma de obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias - BR.381, correspondente à segunda etapa, especialmente no trecho situado entre os Municípios de Carmo da Cachoeira e Campanha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da hidrelétrica de Igarapé e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 14/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 39/99, do Deputado Luiz Fernando Faria, que extingue as Regiões Administrativas no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 41/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede passe livre a policial militar em transporte coletivo intermunicipal e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 97/99, do Deputado Wanderley Ávila; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 274/99, do Deputado Agostinho Silveira; e 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 313/99, do Deputado Agostinho Patrús.

Requerimento nº 396/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 23/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo; Projetos de Lei nºs 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; e 264/99, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 390/99, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 24/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater questões relativas ao Programa de Saúde da Família em Minas Gerais.

Convidados: Dra. Heloiza Machado de Souza, Coordenadora de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Dr. Hélio Arêas, Secretário Adjunto de Estado da Saúde; Dr. Eugênio Vilaça, Consultor da Organização Mundial de Saúde; Dr. Rafael Alves de Oliveira Mourão, Secretário Municipal de Saúde de Caeté; Dr. Elcio Silva Dias, Presidente do COSEMS; Dra. Maria José Cabral Grillo Caldeira Brant, Coordenadora do Núcleo do PSF da UFMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial PARA PROCEDER A Estudos SOBRE O Endividamento do Estado, a realizar-se às 14h30min do dia 24/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar continuidade aos trabalhos da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/6/99, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da hidrelétrica de Igarapé e dá outras providências; 14/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado e dá outras providências; 39/99, do Deputado Luiz Fernando Faria, que extingue as Regiões Administrativas no Estado; 41/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede passe livre a policial militar em transporte coletivo intermunicipal e dá outras providências; 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental; 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG; 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de dezembro de 1998, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências; 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei nº 8.935, de 18/11/94 e dá outras providências; 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências; e 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais; da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo e outros, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual; e do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de junho de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/6/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 30/99, do Deputado Márcio Kangussu; e de se apreciarem, em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 29/99, do Deputado Márcio Kangussu; 90/99, do Deputado Miguel Martini; 40/99, do Deputado Doutor Viana; 67/99, do Deputado Bilac Pinto; 126/99, do Deputado Eduardo Brandão; 66/99, do Deputado Bilac Pinto; 138/99, do Deputado Luiz Fernando Faria; 104/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava; 130/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 207/99, do Deputado Mauro Lobo; 278/99, do Deputado Bené Guedes, e 238/99, do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Andrade e Arlen Santiago, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 29/6/99, às 9h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Kangussu, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 158/99

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Durval Ângelo, visa a declarar de utilidade pública a Creche Comunitária São Domingos Sávio, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta.

Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade vem oferecendo importantes serviços às crianças de até 6 anos, oferecendo-lhes abrigo, atendimento médico e acesso à educação. Trabalha, ainda, com todos os meios à sua disposição para oferecer-lhes conforto espiritual e formação religiosa.

Pela generosidade e dedicação com que realiza o seu trabalho, torna-se a Creche merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 158/99 nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Carlos Pimenta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 277/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Comunidade do Coração Eucarístico de Jesus - COMCEJ -, com sede no Município de Passos.

Após exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria e apresentou ao projeto nº 1, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comunidade do Coração Eucarístico de Jesus - COMCEJ - tem por finalidade pregar e ensinar a fé cristã, sempre buscando a promoção humana, que envolve, no campo da assistência social, o combate ao analfabetismo, a recuperação de toxicômanos e a ajuda a crianças carentes.

Pelo trabalho desenvolvido em favor da comunidade, entendemos ser meritório declará-la de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 277/99 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

João Pinto Ribeiro, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 313/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Agostinho Patrús, o Projeto de Lei nº 313/99 visa a declarar de utilidade pública a Associação Municipal de Desenvolvimento e Apoio à Educação - AMDAE -, com sede no Município de Campos Altos.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão, para deliberação conclusiva em turno único, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A AMDAE tem por finalidade apoiar a educação e a cultura. Para isso, implementa atividades culturais, artísticas, recreativas e cívicas, objetivando a valorização e o desenvolvimento da comunidade de Campos Altos.

Além disso, promove campanhas que visam a ocupar a criança em atividades educativas no período complementar ao da escola.

Em vista da relevância do trabalho desenvolvido, julgamos a entidade merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 313/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1999.

João Pinto Ribeiro, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 187/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto em tela institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências.

Foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela antijuridicidade, anticonstitucionalidade e ilegalidade da matéria. Distribuído posteriormente à Comissão de Administração Pública, esta perdeu prazo para emitir seu parecer.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer nos termos regimentais.

Fundamentação

O projeto em tela pretende que o Estado se desligue do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP -, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 1970, e

institui o mesmo programa em nível estadual.

O autor justifica essa medida alegando que o programa em vigência não cumpriu sua finalidade principal, que era a formação do patrimônio dos servidores públicos, sendo seus benefícios irrisórios e restritos, além de seu controle escapar dos contribuintes.

Os recursos equivalentes à contribuição da administração direta e indireta do Estado para o PASEP-MG serão aplicados em programas de criação de emprego e requalificação de mão-de-obra e no pagamento anual de abono, no valor de um salário mínimo, ao servidor cujo rendimento mensal médio no exercício seja inferior a dois salários mínimos.

O projeto define que a contribuição do Estado para o programa será feita com os recursos que hoje são depositados no Banco do Brasil pelo Tesouro Estadual, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 5.719, que fica revogada.

A contribuição para o PASEP hoje, conforme dispõe a Lei Complementar nº 8, de 1970, é apurada mensalmente pelas pessoas jurídicas de direito público com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, mediante a aplicação de 0,65% sobre o faturamento, 1% sobre a folha de salários e 1% sobre o valor das receitas correntes e de capital recebidos.

Esses recursos hoje são administrados e fiscalizados pela Secretaria da Receita Federal e financiam o programa do seguro-desemprego, o abono aos servidores e os programas de desenvolvimento econômico através do BNDES.

A Lei Complementar nº 8 estabelece que a aplicação de suas normas aos Estados e municípios dependerá de norma legislativa estadual ou municipal. Ao se revogar a Lei nº 5.719, fica cancelada a inscrição estadual no PASEP.

Para aprimorar tecnicamente o projeto, apresentamos o Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, haverá aumento de receita, uma vez que os recursos serão geridos pelo Governo Estadual, além de ganho social pelo Estado, que terá mais recursos para criação de empregos.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 187/99 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Revoga a Lei nº 5.719, de 22 de junho de 1971, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público de Minas Gerais - PASEP-MG -, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 5.719, de 22 de junho de 1971 e, conseqüentemente, cancelada a adesão do Estado ao programa instituído pela Lei Complementar Federal nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 2º - Recursos equivalentes à contribuição da administração direta e indireta do Estado para o PASEP-MG serão, a partir da publicação desta lei, aplicados em:

I - programa de criação de emprego e requalificação de mão-de-obra desenvolvido pelo Estado por meio da administração direta ou indireta;

II - pagamento anual de abono, no valor de um salário mínimo, ao servidor da administração direta ou indireta cujo rendimento médio mensal no exercício anterior foi inferior a dois salários mínimos.

§ 1º - O abono será pago, juntamente com o salário, no mês de aniversário do servidor.

§ 2º - Constituem, ainda, condições para o recebimento do abono que o servidor:

I - tenha faltado, no máximo, a três dias de trabalho no exercício do fato gerador;

II - tenha sido aprovado em sua última avaliação de desempenho.

§ 3º - Não serão computados, para efeito do cálculo do número de faltas definidos no inciso I do parágrafo anterior, os dias de afastamento do trabalho por motivo de licença-maternidade ou paternidade, falecimento de genitor, filho ou cônjuge, núpcias do servidor, férias, acidente, ou doença atestada pelo serviço médico estadual.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente e relator - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Mauro Lobo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 191/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Deputada Maria Olívia, o projeto em tela dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria. Em seguida, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social opinou por sua aprovação na forma proposta.

Cabe agora a esta Comissão emitir seu parecer.

Fundamentação

O projeto pretende conceder incentivo às empresas que tenham em seu quadro de pessoal no mínimo 25% de empregados com idade igual ou superior a 40 anos. De acordo com esse limite, para gozar do benefício, uma empresa com, por exemplo, 400 empregados teria que ter, no mínimo, 100 empregados com 40 anos ou mais, ao passo que para uma empresa com 4 empregados teria que ter apenas 1.

O incentivo se daria por meio da expedição de certificados pelo poder público estadual, os quais poderiam ser utilizados pela empresa empregadora para abatimento no pagamento de tributos estaduais. Entre estes, se incluem as taxas, a contribuição de melhoria e os impostos sobre a circulação de mercadorias (ICMS), sobre transmissão "causa mortis" (ITBI), e sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

O incentivo proposto poderia incidir sobre os tributos citados, à exceção do ICMS, uma vez que a regulamentação de isenções, incentivos e benefícios relativos a esse imposto depende de lei complementar federal e está sujeita ao controle do Conselho Fazendário Nacional. O projeto limita o incentivo a 10% do valor do tributo, em cada incidência.

A proposição remete ao Poder Executivo a responsabilidade de regulamentar a lei, definindo os critérios para a emissão dos certificados que darão direito ao crédito tributário.

No aspecto financeiro-orçamentário, o projeto acarreta redução de receita para os cofres estaduais, pois prevê a concessão de incentivo fiscal. Por outro lado, possui indiscutível mérito na medida em que institui medidas que estimulam a contratação de pessoas cuja faixa etária, muitas vezes, já constitui empecilho para a obtenção de emprego.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 191/99 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Rogério Correia - Mauro Lobo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 228/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, a proposição em pauta determina que as áreas urbanas ociosas de propriedade do Estado possam ser utilizadas para o cultivo de hortas comunitárias.

Enviado à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto e lhe apresentou a Emenda nº 1.

Em seguida, foi a proposição distribuída à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que opinou por sua aprovação e lhe apresentou as Emendas nºs 2 a 5.

Vem a proposição, agora, a esta Comissão para receber parecer, em obediência ao art. 102, VII, c/c o art. 100, II, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame, em seu art. 1º, autoriza o Estado a ceder a pessoas interessadas os terrenos urbanos ociosos de sua propriedade para fins de cultivo de horta comunitária. Para obter a posse do imóvel, os interessados deverão cadastrar-se na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e atender aos requisitos enumerados no art. 4º da proposição.

À luz do nosso ordenamento jurídico e da função social da propriedade, a proposição em tela apresentava algumas impropriedades, que foram corrigidas pelas comissões anteriores, mediante a apresentação de emendas. Todavia, entendemos que não deve ser suprimido o art. 7º, porquanto as medidas instituídas no projeto necessitam de recursos. Assim sendo, esse artigo da proposição original, no qual se estabelece que, uma vez aprovada a futura lei, o Estado fixará, no orçamento do ano seguinte à sua aprovação, as despesas necessárias para a sua suplementação está tecnicamente correto. Desse modo, não acatamos a Emenda nº 5, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Com a finalidade de resguardar e proteger o patrimônio público, estamos apresentando a Emenda nº 6, que autoriza a desocupação dos imóveis de domínio do Estado caso ocorram as hipóteses previstas.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 288/99, no 1º turno, com as Emendas nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2 a 4, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 6, a seguir redigida; e pela rejeição da Emenda nº 5.

EMENDA Nº 6

Acrescente-se onde convier:

"Art. - O Estado poderá determinar a desocupação do imóvel sempre que ocorrer desvio de finalidade dos imóveis ocupados ou neles for edificada alguma construção, ou sempre que houver interesse público."

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 262/99

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Márcio Cunha, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

Preliminarmente, foi a matéria distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favoravelmente à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1.

Vem o projeto agora, nos termos do art. 102, VII, "d", do Regimento Interno, a esta Comissão, que o examinará atendo-se aos aspectos de sua competência.

Fundamentação

O imóvel objeto da proposição em tela, constituído pelos lotes nºs 1-A, 2-A, 3-A,4 e 5 da quadra 61, está localizado na confluência da Avenida José Cândido da Silveira com a Rua Camilo Prates, 390, no Bairro União, zona de expansão urbana da Capital, e foi incorporado ao patrimônio do Estado na época da extinção da MinasCaixa.

Quanto aos seus aspectos financeiro e orçamentário, inexistem óbices à pretendida doação, devido à natureza da transação, que não trará para o Estado ônus pecuniários nem resolutivos, cabendo à Comissão Especial, criada pela Emenda nº 1, promover a avaliação do imóvel, bem como a elaboração de sua planta específica, de modo a determinar os limites das áreas a serem preservadas.

Efetivado o negócio jurídico em causa, a autarquia denominada UEMG terá amplas possibilidades de se ver consolidada na Capital mineira, o que trará ganhos para o ensino universitário.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 262/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Rêmoló Aloise - Mauro Lobo.

Parecer sobre o substitutivo nº 1 e a emenda nº 3 ao Projeto de Lei Nº 154/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em análise, encaminhada a esta Casa por meio da Mensagem nº 11, visa a dar nova redação ao art. 6º da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 24/3/99 e recebeu parecer pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, da Comissão de Constituição e Justiça, e parecer pela aprovação com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública. Na fase de discussão em Plenário, foram apresentados ao projeto o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 3, os quais vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição em exame tem por objetivo ampliar o número de componentes do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, de maneira a proporcionar maior representatividade dos militares naquele órgão.

O Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais atualmente é composto de nove membros efetivos e, nos termos da proposição, passará a contar com treze.

O Substitutivo nº 1, que pretende apresentar alternativas aos processos decisórios que transcorrem dentro da instituição oficial de previdência do militar do Estado, não nos parece recomendável, porque não contribui para uma maior funcionalidade do Conselho.

A Emenda nº 3, por sua vez, ao dar nova redação ao parágrafo único do art. 8º da Lei nº 11.406, de 28/1/94, estabelece que será de quatro anos o mandato da diretoria do IPSM, a ser exercido por oficiais superiores da Polícia Militar de Minas Gerais, nomeados pelo Governador do Estado, permitida uma recondução por igual período.

Sem dúvida, o prazo de quatro anos nos parece o mais adequado, a fim de permitir que aquela diretoria disponha de tempo suficiente para a condução do seu plano de administração.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 3, apresentada em Plenário, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Arlen Santiago, relator - Sebastião Navarro Vieira - Doutor Viana.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 15/6/99

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que ocupam as galerias, assessoria da Casa, imprensa presente, ocupo esta tribuna para registrar um fato, ocorrido na cidade de Janaúba, fato este que consideramos da maior importância. Trata-se da 18ª Exposição Agropecuária, realizada entre os dias 9 e 13/6/99.

A exposição agropecuária de Janaúba é um dos mais tradicionais eventos da região Norte de Minas, achando-se classificada como a 4ª melhor festa do gênero no Estado de Minas Gerais. Apesar do fenômeno da seca, não há dúvidas de que o Norte de Minas possui espetacular rebanho, e, a cada exposição anual, constatamos significativa melhoria na qualidade do nosso gado. Na 18ª Exposição Agropecuária de Janaúba realizaram-se bons negócios.

Foram comercializados em torno de 4.400 animais, estimando-se a movimentação de mais de R\$2.500.000,00.

O concurso leiteiro superou as expectativas de produção e confirmou também a vocação norte-mineira para a pecuária de leite. Convém ainda destacar a exposição de frutas, resultado dos projetos de irrigação da região, confirmando a vocação norte-mineira para a produção de frutas da melhor qualidade, e também a necessidade e importância de se investir na produção agrícola.

Diversas vezes, a bancada do Norte de Minas tem se manifestado em favor dos produtores rurais, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de se reverem as alíquotas de ICMS sobre a energia elétrica, a necessidade de elevação do teto de financiamento para custeio e a necessidade de preparar melhor, tecnicamente, o produtor rural. Não há dúvidas de que o produtor rural é trabalhador, a terra é da melhor qualidade, pois, ainda sem grandes incentivos os produtores rurais têm se mobilizado, e os resultados foram vistos nessa singular exposição de Janaúba.

A exposição, que contou com a visita diária de mais de 30 mil pessoas, ofereceu oportunidade para a exposição de rebanhos de diversas regiões do Estado. Durante o evento, tivemos a participação e o apoio significativo da EPAMIG, da EMATER, da EMBRAPA, do Banco do Nordeste, da COOPERJANA, da ABANORTE, do Sindicato Rural de Janaúba, da Faculdade de Agronomia de Janaúba, todos expondo seus produtos e realizando palestras de interesse da classe dos produtores rurais. Quero registrar, ainda, o apoio que tivemos do nobre Secretário da Agricultura, Dr. Raul Belém, que nos honrou com a sua presença, juntamente com o Presidente da EMATER, Dr. Aelton José de Freitas; o Presidente da FAEMG, Dr. Gilman Viana; o Presidente da RURALMINAS, Dr. Caio Brandão; e o Deputado Federal Márcio Reinaldo, além de inúmeros Prefeitos e Vereadores da região. Convém destacar o empenho e o trabalho do Presidente da COOPERJANA, João Braga; do Presidente da ABANORTE, Huarisson Antunes; do Presidente do Sindicato Rural, Valdir Nunes, e seus Diretores; do Prefeito Municipal de Janaúba, Wildemar Maximino da Cruz, que tiveram participação importante na organização da exposição, que foi um verdadeiro sucesso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que importa, entretanto, é chamar a atenção para o grande potencial da região Norte de Minas. A agricultura é o carro-chefe daquela região, e, nesse ponto, foi importante a presença das autoridades aqui mencionadas, que tiveram a oportunidade de presenciar um dos mais importantes eventos da cidade de Janaúba. Certamente, essas autoridades levarão ao nosso Governador, Dr. Itamar Franco, registros importantes que vão possibilitar ações concretas do Governo de apoio à comunidade produtora da região Norte de Minas. Queremos insistir no fato de que a agricultura é a redenção do Norte de Minas. A agricultura é uma fonte certa de emprego e renda, a única forma de combater a fome e a miséria e de evitar um mal da maior gravidade, que é a concentração urbana.

É preciso reduzir as taxas de energia, é preciso elevar o teto de financiamento para o custeio. É preciso promover a abertura de mercado para os nossos produtos. E, nesse sentido, estou confiando no Governador Itamar Franco e em toda a sua equipe de Governo, que, certamente, querem melhorar a qualidade de vida do povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, telespectadores, os direitos humanos são as garantias fundamentais de todas as pessoas e, num Estado democrático como o nosso, devem ser garantidos por toda a sociedade brasileira. Portanto, os direitos humanos devem permear os níveis organizacionais do Brasil: partidos políticos, igrejas, sindicatos, empresas públicas e privadas, etc.

Percebo, no entanto, que alguns segmentos e pessoas públicas ainda não aceitaram essas idéias, que constituem a fronteira que separa a dignidade e o respeito humano da barbárie, do obscurantismo e do arbítrio. Nas últimas semanas, tenho percebido claros sinais, se não de retrocesso dessas conquistas sociais, pelo menos de violação aos seus princípios.

Recentemente, ficamos escandalizados com a possibilidade de a Polícia Federal vir a ser dirigida por um ex-torturador e estamos acompanhando as diversas investigações em relação à pessoa que está sendo indicada para esse cargo. Essa é uma situação inaceitável. Acusações e pré-julgamentos foram feitos, o que também é inaceitável, principalmente quando a iniciativa parte do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

O Sr. Demócrito Ladeira, em carta publicada na edição de hoje do jornal "Hoje em Dia", cobra desta Casa uma atitude com relação às denúncias de que um ex-membro da Comissão de Direitos Humanos do Legislativo mineiro teria participado de violências e torturas contra cidadãos.

Lembro-me de que, nesse segundo caso, o Deputado Nilmário Miranda antecipou-se em garantir a ampla defesa das partes e evitar um pré-julgamento, e agora, quando o que está em questão também é a prática de um crime hediondo, sua conduta não foi a mesma.

Mas a minha apreensão, com relação ao tratamento dado aos direitos humanos, não está somente no campo das idéias. Temos acompanhado as medidas do Governo Itamar Franco que consideramos um retrocesso no campo dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais.

Vimos recentemente, apesar de constar no relatório final da CPI, apesar de o próprio Ministério Público ter denunciado o ex-Diretor do Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, o Delegado Ronaldo Jacques, vimos este Governo nomeá-lo Diretor do DETRAN. Em Divinópolis, vimos também algo que consta não apenas no relatório final da CPI do Sistema Penitenciário, mas também nas normas para o tratamento do preso da ONU, que coloca que o tratamento ao interno do sistema carcerário não deve ser feito por pessoas com formação de polícia militar ou civil. Em Divinópolis, havia um advogado, o Dr. Rinaldo, que dirigia a Penitenciária de Floramar, com 8 meses de trabalho, com uma fuga, sem nenhuma rebelião, numa cidade que enfrentou antes várias rebeliões. Vimos agora ele ser substituído por um Delegado que na sexta-feira se aposentou e na segunda-feira foi designado Diretor da Unidade Prisional Floramar, de Divinópolis.

Estamos acompanhando alguns fatos que foram apresentados e discutidos pela Assembléia Legislativa, e este Governo demonstra um retrocesso.

Estamos vendo a situação em que se encontra a segurança pública: os crimes de adolescentes infratores cresceram 70% em Belo Horizonte nos três primeiros meses do ano; os homicídios cresceram 40% em um ano. Só no último final de semana foram 18 assassinatos. O massacre dos sem-terra em Betim, será que já caiu no ostracismo? Em que mesa estará engavetado? Não vimos ainda nenhum resultado, não conhecemos o inquérito e o que foi definido a partir dele. O projeto de lei do Deputado Durval Ângelo que criou a Ouvidoria de Polícia foi discutido na Assembléia Legislativa e sancionado no Governo passado; no entanto esse órgão continua desequipado e sem condições de cumprir o seu objetivo.

A Secretaria de Direitos Humanos ainda não disse a que veio, apesar de haver tantas possibilidades para essa Secretaria, já que a Assembléia Legislativa levantou 600 propostas, a partir do Seminário Legislativo de Direitos Humanos e Cidadania, para um Programa Estadual de Direitos Humanos. Mas estamos acompanhando o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, trabalhando também sem nenhuma estrutura.

A Assembléia Legislativa lutou para que tivéssemos no Estado de Minas Gerais um avanço nos direitos humanos, para que tivéssemos um programa estadual de direitos humanos, para que tivéssemos, efetivamente, os instrumentos e os equipamentos à disposição da população de Minas Gerais. Mas o que estamos vendo neste Governo é um retrocesso.

Para culminar, estamos vendo, agora, na Polícia Civil, a volta do Inspetor José Maria Cachimbino, cujo nome apareceu em diversas denúncias de violação dos direitos humanos. Estamos acompanhando esse retrocesso, estamos vendo a superlotação das cadeias, a pouca possibilidade de recuperação dos presos e o número alarmante de reincidências no sistema carcerário de Minas Gerais. Mas, infelizmente, não conseguimos ver possibilidade alguma de avanço neste Governo, porque o que vimos até agora foi o retrocesso.

Nas últimas semanas, o Secretário de Justiça anunciou que conseguiu do Governo Federal do PMDB - não do Governo Federal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, porque conseguiu através do Ministro da Justiça, que é do PMDB - recursos para a construção de diversas unidades prisionais no Estado de Minas Gerais. Somos contra, porque a proposta para a construção de unidades prisionais em Minas Gerais é para 500 internos. Isso está totalmente em desacordo com a lei aprovada pela Assembléia Legislativa, que determina que o número máximo de vagas é 170. Então, o Secretário de Justiça, que é do PMDB, o Luiz Tadeu Leite, conseguiu com o Ministro da Justiça Renan Calheiros, que é do PMDB e faz parte do Governo Federal do PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os recursos para construir em Minas Gerais penitenciárias. A lei aprovada pela Assembléia Legislativa diz que não queremos mais aqui, em Minas Gerais, esses verdadeiros depósitos de homens, que são as penitenciárias para 500 pessoas, onde não enxergamos nenhuma possibilidade de recuperação e de ressocialização. Vimos a experiência de Nova Floresta: uma penitenciária para, no máximo, 500 presos demorou 12 anos para ser construída e consumiu US\$18.000.000,00 de recursos públicos. Estaremos contra esses recursos que o Governo Federal do Presidente Fernando Henrique Cardoso quer passar para Minas Gerais, através do Ministro da Justiça do PMDB, Renan Calheiros, ao Secretário de Justiça do PMDB, Luiz Tadeu Leite, para construir esses depósitos em Minas Gerais, que não dão possibilidade de recuperação e de ressocialização.

Temos ainda muito com o que nos preocupar. A Comissão de Direitos Humanos aproveita para convidar as associações componentes da Comissão de Representação do Seminário Legislativo Direitos Humanos e Cidadania para participar de uma reunião no próximo dia 25 de junho, com o objetivo de fazer uma análise dos desdobramentos do Seminário e da situação atual dos direitos humanos em Minas Gerais. Isso vai ser importante para a Comissão de Representação, para que ela tome conhecimento do parecer contrário à autonomia da Perícia Oficial, proferido pela Comissão Especial que analisou essa proposta de emenda à Constituição.

O Seminário retirou essa proposta importante para Minas Gerais, a autonomia da Perícia Oficial do Estado. De acordo com todo esse retrocesso que está ocorrendo em Minas Gerais, provocado por este Governo, que consegue retroceder nas lutas que a Assembléia Legislativa já venceu com relação aos direitos humanos, vemos mais essa afronta aos direitos humanos. As 200 entidades que participaram do Seminário Legislativo dos Direitos Humanos e Cidadania, no nosso Estado, estavam convencidas da importância da autonomia da Perícia Oficial. Agora, a Comissão Especial votou contra essa autonomia, mas esperamos que, a partir da manifestação da Comissão de Representação, já que nos reuniremos no dia 25 de junho com as diversas entidades, o Plenário da Assembléia Legislativa possa mudar o que foi exposto na Comissão Especial, em que os Deputados votaram contra a autonomia da Perícia Oficial. Tivemos o voto favorável do Deputado Rogério Correia, mas, infelizmente, não tivemos a presença do Deputado João Batista de Oliveira, que foi substituído por outro Deputado do PDT, que votou contra, apesar de o Deputado João Batista de Oliveira ser um dos signatários dessa proposta de emenda à Constituição, pois compôs a CPI do Sistema Penitenciário.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Em primeiro lugar, parabéns V. Exa. por trazer esse assunto a Plenário. Certamente, teremos de discuti-lo aqui. Tivemos a mesma posição na reunião da Comissão Especial, e isso é fundamental, como foi na incorporação ao Corpo de Bombeiros e será com relação à Perícia. Aproveite a oportunidade para solicitar-lhe que assinie comigo um requerimento que diz respeito a direitos humanos, para que o Governo Federal do Sr. Henrique Cardoso não mantenha a nomeação do torturador para a Polícia Federal. Gostaria de contar com o apoio de V. Exa.

O Deputado João Leite - Para concluir, Sr. Presidente, o Deputado Rogério Correia não teve a oportunidade de acompanhar o início da minha fala, em que tratamos, justamente, sobre isso. As denúncias contra a pessoa indicada para um cargo tão importante são muito graves. O Governo tem de dar oportunidade para que a pessoa se defenda, mas, se houve torturas praticadas por ela, ela não pode ser aceita. Esperávamos que o Deputado Nilmário Miranda tivesse a mesma postura, porque, lá, exige que a pessoa seja retirada, mas, aqui, com relação à mesma questão, ele diz que deveria haver toda possibilidade de defesa para essa pessoa. Gostaria de dizer que discutiremos esse assunto com as entidades e com a Comissão de Representação do Seminário Legislativo de Direitos Humanos e Cidadania, no dia 25/6/99. Criticamos, também, Deputado Rogério Correia, a liberação de verbas pelo Governo Federal para a construção de penitenciárias em Minas Gerais, para 200 presos, pelo Ministro Renan Calheiros, que é do PMDB, ou seja, do Governo Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado José Braga, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, tenho um assunto a ser tratado, que é da máxima importância e urgência para o Município de Montes Claros.

Antes, gostaria de falar a respeito de uma reunião que a Comissão de Saúde realizou ontem, com o Secretário da Saúde, Dr. Armando Costa, para tratar das modificações das emendas e das sugestões da Comissão para a LDO, que teve seu prazo encerrado ontem. Mas a Comissão de Saúde, em boa hora, discutiu com técnicos da Secretaria da Saúde e apresentou as suas solicitações. Entre elas, gostaria muito de falar a respeito de uma pretensão nossa, que foi acatada pelo Secretário e será discutida no projeto: a instalação, em Belo Horizonte ou em outra cidade do Estado, de um centro de tratamento de dependentes químicos. Estamos observando, Srs. Deputados, que o Estado de Minas Gerais, a não ser alguma instituição ligada à Secretaria de Justiça ou à Polícia Militar, tem a possibilidade de tratar as pessoas que fazem uso de drogas, embora não haja, por parte do Governo, uma única porta aberta, que seja efetiva e eficiente, para o tratamento dos dependentes químicos, principalmente dos jovens, que ficam à mercê das organizações não governamentais ou das instituições privadas. Tem crescido muito o número de adolescentes que, drogados, têm representado uma verdadeira ameaça nas escolas públicas e particulares. Eles constituem, infelizmente, a grande maioria das crianças e dos adolescentes que ficam por aí, perambulando, abandonados à sorte, sem nenhuma assistência por parte do Governo. Essa emenda à LDO que estamos fazendo certamente trará alguma esperança para que Minas Gerais possa ter um local para tratar o jovem que faz uso de drogas. Os jovens de família rica podem se internar nas melhores clínicas, enfim, têm uma nova oportunidade de voltar à vida normal. Mas os jovens pobres, que não podem ter assistência, são absolutamente marginalizados.

Portanto, vamos lutar com todas as nossas forças e queremos contar com a ajuda desta Casa Legislativa, para que essa determinação na LDO traduza-se em recursos do orçamento do Estado para o ano 2000. Já temos como aliado o Dr. Armando Costa, Secretário da Saúde, que é uma pessoa amiga, competente e sensível. Tenho certeza absoluta de que ele, juntamente com a Comissão de Saúde e com esta Casa, poderá proporcionar essa oportunidade ao jovem drogado, ao dependente químico do Estado.

Gostaria, também, Sr. Presidente, em um segundo momento de nosso pronunciamento, de fazer um veemente apelo ao Dr. Marcelo Siqueira, Presidente da COPASA, para que esse órgão possa cumprir o seu papel segundo um convênio feito com Montes Claros, no final do ano passado, quando a Câmara Municipal daquela cidade estabeleceu a prorrogação do contrato de concessão da exploração de água e esgoto da cidade por um período de mais de 25 anos. Foi um apelo que fizemos aos Vereadores e, após algumas reuniões com os edis de Montes Claros, conseguimos que a Câmara Municipal prorrogasse esse contrato de concessão até o ano 2025.

Em contrapartida, a COPASA fez um acordo, segundo o qual, em primeiro lugar, teria de dotar a cidade de 100% de abastecimento de água tratada. Esse acordo está sendo cumprido. Teria, também, de dotar a cidade de 100% de esgoto sanitário. Tal acordo foi parcialmente cumprido. Principalmente, teria de fazer a canalização de um rio que recebe o esgoto sanitário do Município de Montes Claros. A segunda etapa seria a construção da estação de tratamento do esgoto de Montes Claros, evitando a poluição dos rios, principalmente do rio Verde Grande. Essa parte do acordo não foi cumprida.

Por algumas vezes, estivemos na COPASA, com o Prefeito Jairo Ataíde, com assessores da Prefeitura e com representantes da Câmara Municipal, tentando estabelecer um cronograma de ação e de atendimento, por parte da COPASA, ao Município de Montes Claros. Ficou acertado o retorno da quitação dos recursos para a canalização desse rio e para a construção da estação de tratamento. No entanto, alegando motivos de ordem financeira e dificuldades para cumprir acordos feitos no passado, a COPASA, infelizmente, não está podendo honrar a sua palavra, o seu compromisso com o Município de Montes Claros. Sabendo dessa pretensão e dessas dificuldades, o Vereador Iran Rego, Presidente da Câmara Municipal, anunciou um possível rompimento do acordo feito e da lei autorizativa da Câmara Municipal. Isso é ruim e não seria recomendável, se as coisas estivessem acontecendo naturalmente, porque Montes Claros, seguramente, é, ao lado de Belo Horizonte e de Ipatinga, a terceira cidade que mais lucro traz para a COPASA, na exploração de água e esgoto. Além disso, um precedente grave poderia ser aberto, e outros municípios também poderiam agir dessa forma. Não queremos romper, unilateralmente, esse acordo com a COPASA.

Portanto, neste momento, fazemos um apelo ao Dr. Marcelo Siqueira, para que reabra o diálogo com o poder público municipal de Montes Claros, com a Câmara Municipal, a fim de estabelecer, com a maior urgência possível, um novo cronograma de atendimento àquela cidade.

Não aceitamos e nos recusamos a acreditar que esse rompimento do acordo, que essas dificuldades enfrentadas pelo Município de Montes Claros sejam decorrentes de ingerências políticas no relacionamento entre aquela cidade e o Governo do Estado. Há quem diga que existe, efetivamente, uma pressão política por trás dessa decisão. No entanto, em Belo Horizonte, a COPASA tem cumprido, rigorosamente, sua parte no acordo com a Prefeitura Municipal e já está iniciando a construção da estação de tratamento de esgoto do rio Arrudas e da bacia do Onça. Não podemos entender que existam dois pesos e duas medidas. Assim, procuraremos ir a fundo nessa questão, mesmo porque, na reunião realizada nesta manhã, o Presidente da COPASA disse, alto e bom som, que as ações daquele órgão, em nenhum momento, seriam direcionadas ou dirigidas por interesses políticos.

É bom que esse recado do Presidente da COPASA chegue a alguns políticos que têm atuação na cidade de Montes Claros, pessoas que ali foram votadas, têm representação, e estão, de acordo com informações, efetivamente travando o desenvolvimento e o progresso da 5ª maior cidade do Estado, incrustada no Norte de Minas, a qual, com certeza, entre todas as cidades de porte médio do Estado, enfrenta os maiores problemas.

Entendemos que as ações políticas devem ser discutidas no campo da ideologia, abertamente, para que a população possa saber quem é quem e qual é o pensamento dos políticos que hoje têm assento nesta Casa e governam este Estado. Não podemos aceitar, não admitimos, e a sociedade repudia toda ação política por baixo do pano, as "maracutaias" executadas e exercidas na calada da noite, que vêm barrar e atrapalhar o crescimento de uma cidade tão explorada e tão difícil de ser governada como Montes Claros, que é a 5ª maior cidade do Estado e tem o 26º orçamento entre todas as cidades de Minas Gerais.

Fica o nosso apelo e a certeza absoluta de que esta Casa não vai admitir nem aceitar ingerências políticas dessa natureza. Temos, sim, alguns posicionamentos contrários ao do Governador do Estado, Itamar Franco, mas, todas as vezes que acertar, todas as vezes que trouxe à Casa uma discussão de alto nível, como está fazendo com relação à participação da COPASA na construção da barragem hidrelétrica de Irapé, terá, "incontinenti", o apoio da bancada da Oposição desta Casa e até o nosso aplauso. Mas queremos, também, a certeza de que sua assessoria, de que membros do Governo e, principalmente, pessoas ligadas ao Governador ajam segundo a ética política e com respeito ao povo deste Estado.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta, um dos membros da Comissão de Saúde. Quero dizer que ontem tivemos um encontro talvez inédito. A Comissão tem colocado que as questões de saúde estão acima dos partidos. Acima dos partidos, está a saúde do povo mineiro. E foi nesse sentido que a Comissão chamou o Secretário da Saúde, Dr. Armando Costa, o Secretário Adjunto, Dr. Hélio Arêas, representantes da FUNED, da FHEMIG e da HEMOMINAS, e fizemos emendas ao orçamento. Sei que V. Exa. já falou sobre isso, mas, como Presidente da Comissão, gostaria de ressaltá-las.

O mínimo que temos de designar para a saúde é 10% do orçamento. Para a educação, há recursos definidos, percentual definido, porque a educação é prioridade. Nós, da Comissão de Saúde, sabemos dessa prioridade, e estamos colocando 10%, porque saúde também é prioridade.

Outra emenda fala da ampliação da fábrica de medicamentos, ou seja, trata-se de investir na FUNED, para que produza medicamentos de qualidade para o povo mineiro, com possibilidade de exportá-los para outros Estados e, até mesmo, para outros países da América Latina.

A ampliação dos serviços da HEMOMINAS é outra emenda apresentada pela Comissão de Saúde. Gostaria de lembrar que, hoje, ela ocupa uma área de 70% no atendimento à população, mas precisamos perseguir o percentual total, de 100%.

Outra inovação é o projeto de internação domiciliar pela FHEMIG, que também acho importante.

E também a construção da fábrica de hemoderivados, para evitar não só o desperdício de plasma, que hoje existe no Estado de Minas Gerais, mas também a importação de cerca de 100 milhões, por ano, de hemoderivados.

Acho que essas são propostas importantes, que a Comissão de Saúde e a Secretaria da Saúde ontem conseguiram colocar na LDO. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço a participação de V. Exa. Para encerrar, quero deixar nosso abraço ao Prefeito de Manga, Haroldo Bandeira, e dizer que hoje estamos denunciando uma ação contra o Município de Montes Claros.

Tomamos o cuidado de não citar nomes, mas, a partir de então, vamos apurar os fatos, inclusive interferências dentro da SUDENOR, com relação à liberação de energia elétrica que já foi executada e precisa apenas ser ligada.

Iremos apurar e citaremos todas as pessoas que ainda insistem com a política do atraso e do coronelismo, querendo fazer do Norte de Minas e do Jequitinhonha verdadeiros currais, mas, graças a Deus, essa política já foi banida há muito tempo. O momento é de desenvolvimento, é de modernidade, é de trabalho duro pela nossa região e pelo nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, dois motivos fundamentais me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro diz respeito, ainda, à votação feita por esta Casa com relação à anistia às ex-praças da Polícia Militar, que foram excluídas da corporação devido ao movimento reivindicatório ocorrido na gestão do Governador Eduardo Azeredo.

É público e notório - todos acompanharam - que o Governo do Estado não quis assumir a sua própria proposta de anistia e remeteu a esta Casa um projeto de emenda à Constituição, para que fosse dada a anistia, compromisso que havia sido assumido anteriormente pelo então candidato Itamar Franco. A opção do Governo fez com que o próprio Poder Executivo lavasse as mãos. A anistia às ex-praças foi concedida pela Assembléia, pelos Srs. Deputados, pelo parlamento, que votou uma emenda à Constituição do Estado, a fim de que essa anistia fosse concedida sem necessidade de que o assunto fosse ao Executivo para sanção ou manifestação do Sr. Governador.

Durante os debates sobre essa anistia, durante a tramitação da proposta de emenda nesta Casa, várias correntes, várias opiniões surgiram e foram encaminhadas. Uma delas foi a proposta da Oposição de que a Assembléia não deveria assumir essa anistia, porque era um compromisso do Executivo, um ato exclusivamente administrativo, que deveria ter sido praticado pelo Governador, que é, também, o comandante maior da Polícia Militar. Dentro dessa linha, a Oposição propôs que fosse emendado o texto da proposta, para que se dessem poderes ao Governador do Estado a fim de que ele, então, praticasse a ato por si mesmo. Essa emenda da Oposição foi aprovada por esta Casa. Hoje, o texto constitucional mineiro conta com um dispositivo que permite não só ao atual Governador, mas a todos os outros Governadores, conceder anistia a servidores. Isso agora passa a ser, constitucionalmente, um atributo do chefe maior do Estado de Minas Gerais, o Sr. Governador.

Dentro dessa linha e aproveitando o trabalho da Oposição, o Sr. Governador já usou o artigo emendado - patrocinado pela Oposição - ao conceder anistia a funcionários do Estado. Ele já baixou um decreto. O "Minas Gerais" do dia 11/6/99 traz o Decreto nº 40.403, assinado pelo Sr. Governador, que diz o seguinte: "Ficam anuladas as penas de desligamento do serviço público, aplicadas aos dirigentes sindicais Afrânio Braga, Reinaldo Nunes da Silva, Davi Rodrigues da Silva, José Magela Alves Pereira e Carlos Augusto de Aguiar Silveira.

Parágrafo único - Os servidores de que trata este artigo serão reintegrados na situação funcional de origem, subordinados ao mesmo regime, direitos e vantagens, desde que renunciem, expressamente, ao direito em que se funda a ação judicial proposta contra o Estado, em virtude do desligamento de que trata este decreto.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não importa direito a recebimento de remuneração e a contagem de tempo de serviço para qualquer efeito, relativamente ao período compreendido entre o desligamento e a data deste decreto."

Aí está, prezados colegas, a injustiça praticada pelo Poder Executivo, pelo Sr. Governador. A anistia concedida por esta Casa, é bem verdade que patrocinada pelo próprio Governo, mas votada pelos parlamentares, sustentada por sua bancada aqui na Casa, às ex-praças concedeu a contagem de tempo do período de afastamento, que agora nega a esses servidores que reintegra. Está usando dois pesos e duas medidas. Não é possível que o Estado caminhe dessa forma. Para uns, todos os direitos; para outros, 50% dos direitos. Ou é anistia ou não é anistia. Ou se perdoa ou não se perdoa. Perdoar pela metade é um perdão que não existe. Aqui está registrado o nosso inconformismo, o nosso protesto, e tenho certeza de que neste momento nos acompanha toda a Bancada do PFL, do PSDB e do PSN, que nesta Casa patrocinaram, ajudaram, colaboraram com esta emenda à Constituição, para que a justiça fosse feita para todos, de maneira igual.

Esta Casa tem que protestar, tem que se manifestar, porque foi justamente ela que deu anistia total para as praças. Ela não pode agora ficar calada diante dessa anistia, vamos dizer assim, meia-sola para esses servidores.

Teve uma pessoa que me disse o seguinte: será que essa anistia foi um pouco tímida para estes porque eles não possuem armas, porque eles não têm como fazer pressão, porque eles não encheram as galerias, porque eles não foram para as portas do Palácio? O Governo precisa ser justo sem pressão, ser justo ao reconhecer que a justiça deve imperar nos seus atos.

Dessa forma, quero deixar registrado o nosso protesto, porque não concordamos com a anistia pela metade, que não reconhece os direitos do período em que eles ficaram afastados. Se o Governo os reintegra agora, reconhece que tem que perdô-los, é porque o Governo reconhece que o Estado, durante esses anos em que eles estiveram afastados, também errou. É preciso contar o tempo em que eles não estiveram como trabalhadores efetivos do Estado de Minas Gerais.

Outro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito a um encaminhamento legal, a um encaminhamento das normas e das ações do Poder Executivo. A Constituição do nosso Estado diz, no art. 62, que compete privativamente à Assembléia Legislativa - "privativo" quer dizer: só à Assembléia de Minas, a mais ninguém - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos presidentes das entidades da administração pública indireta. Esse é o texto da Constituição. Pois bem, está aqui, na ordem do dia de hoje, como primeira matéria da 2ª Parte da reunião, o seguinte: os Deputados deverão se manifestar e deliberar com relação ao parecer da Comissão Especial sobre a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Wellington Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Ora, ou estão brincando com a Assembléia do Estado, ou estão brincando com a Constituição, ou o Governo não enxerga nem uma nem outra. Não é possível. Está no "Minas Gerais" de sábado passado, dia 12 de junho, a nomeação do Sr. Wellington Eustáquio de Jesus. Ele já está nomeado, Sr. Presidente. O Presidente da UTRAMIG já está nomeado.

O Governo não esperou a Assembléia Legislativa se pronunciar, atropelou a Constituição e esta Casa. Sr. Presidente, não é possível, é preciso retirar com urgência essa matéria da pauta. Além de o Governo estar desrespeitando a Constituição e a Casa, não podemos também concordar que a Presidência, que a Mesa vá pelo mesmo caminho e ratifique esses absurdos. Pelo menos a Mesa deve ter em mente que se o Governo erra, é preciso que a Mesa alerte o Governo para que pelo menos volte atrás e anule o seu ato.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, é grave essa denúncia que V. Exa. traz. É grave porque é a terceira gafe, ou seja, o terceiro grave desrespeito que o Governador Itamar Franco pratica contra esta Casa. Tentou-se fazer isso na indicação do Presidente da FUNED - felizmente foi denunciado na Casa -, e o Governo retrocedeu.

Vimos que a Oposição - a então Oposição, agora governista -, principalmente o PT e outros partidos, quando um ou dois técnicos da Secretaria da Fazenda se anteciparam a esta Casa e enviaram a cobrança do IPVA, fez um escarécú nesta Casa. O então Presidente, Deputado Romeu Queiroz, suspendeu a tramitação da matéria até que o Poder Executivo corrigisse o ato.

Acho que atitude diferente não poderia ser tomada pela Mesa diretora dos trabalhos. A tramitação dessa sabatina deveria ser suspensa até que o Governador revise o erro que cometeu - um grave desrespeito. A menos que S. Exa. esteja considerando que a Assembléia Legislativa é uma extensão do Poder Executivo. Se S. Exa. assim está considerando, a situação é mais grave ainda.

Na semana passada, foi denunciado na Casa que antes de se criar uma secretaria de turismo, já havia a logomarca, ou seja, o evento já estava patrocinado. Quer dizer, será que a Assembléia Legislativa não tem nenhuma importância na visão desse Governador? Dizem até que, por S. Exa. ter sido parlamentar, ele entende o trabalho da Assembléia Legislativa. Não consigo entender como um discurso possa ser totalmente negado pela prática. Que absurdo, que aberração está acontecendo! Fato semelhante já aconteceu uma vez, aconteceu a segunda vez e agora está acontecendo pela terceira vez. Sr. Presidente, se a Mesa não tomar uma providência, esta Casa será desmoralizada.

Já estamos com um outro problema e de acordo com o art. 111 (...). Falo porque tive a alegria de ser autor dessa emenda dispõe sobre a realização da sabatina. Um Governo ético, moral e sério, no mínimo, vai querer respeitar esse processo, que visa à transparência e é ditado pela Constituição. Estamos extremamente preocupados, porque o Presidente do IPLEMG ainda não foi sabatinado na Casa. Ele já está no poder e ainda não foi sabatinado. É preciso legalidade para o seu ato. No meu entendimento, a Presidência, a Mesa tem que tomar uma atitude. A única que poderia ser tomada é suspender a tramitação dessa votação até que esses atos sejam corrigidos. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a contribuição de V. Exa. e quero inclusive acrescentar que os atos porventura praticados pelo Presidente da UTRAMIG estão todos nulos, porque ele ainda não teve o seu nome aprovado pela Casa.

Com relação ao IPLEMG, corre-se o mesmo risco. Como o Presidente não foi sabatinado pela Casa nem aprovado pelo Plenário, todos os seus atos poderão ser argüidos na Justiça e considerados nulos.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlos Andrada. Gostaria de reforçar e concordar com V. Exa. a respeito da gravidade do momento da Assembléia Legislativa que, ao que parece, tornou-se uma secretaria do Poder Executivo. Trata-se de uma secretaria - e mais nada. Vamos agora mudar a Constituição do Estado para atender ao Poder Executivo. Vamos ter outro nome para as audiências públicas regionais, que vão se chamar orçamento participativo sem que seja feita uma Proposta de Emenda à Constituição.

Quer dizer, sem a aprovação do Plenário da Assembléia Legislativa já está nomeado o Sub-Tenente Wellington Eustáquio de Jesus, uma pessoa cujo nome a própria Oposição aprovou na Comissão. Mas faltava o Plenário da Assembléia Legislativa apreciar. No entanto, esta Casa é tratada, neste Governo, como uma Secretaria. Por isso, as reações deste Poder têm que acontecer imediatamente.

Concordo com V. Exa.: é grave o que está acontecendo. É mais um entre outros fatos tão graves que têm acontecido com o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado e parabéns, Deputado Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras de V. Exa.

Para encerrar, gostaria apenas de, aproveitando as colocações do Deputado João Leite, que teme que esta Casa se torne apenas um apêndice do Executivo, deixar bem claro que o jogo político exige e faz com que os governos busquem maioria dentro dos Parlamentos para viabilizar os seus projetos. Isso é legítimo, mas o Executivo simplesmente ignorar o Parlamento, ignorar a Constituição, ignorar suas regras internas, para fazer valer a sua vontade, não é legítimo.

Faziam isso nos períodos autoritários. Faziam isso nos regimes duros. Fazem isso, ainda, nos regimes militares. E como gritou no passado a Oposição! Como reclama hoje a Oposição! Como cobram aqueles que adoram, amam a liberdade, o respeito à lei. Mas, agora, muitos daqueles que, durante o período autoritário, reclamavam da autonomia e das prerrogativas do Poder Legislativo, são os primeiros a se omitir, a se silenciar, a se calar diante desse abuso que desmoraliza o Poder Legislativo, que enfraquece esta Casa e que coloca a Mesa numa situação de dificuldade.

Sr. Presidente, faço aqui uma questão de ordem, para que essa matéria seja retirada de pauta em respeito ao Regimento, em respeito à Constituição, mas, sobretudo, em respeito aos Srs. Deputados que estão presentes nesta reunião. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, os jornais de Belo Horizonte noticiaram, há alguns dias, com certa ênfase, declarações atribuídas ao Diretor Superintendente da Fiat Automóveis, Dr. Giovanni Razelli, dando conta de que o Estado de Minas Gerais não teria mais prioridade nos investimentos realizados pela empresa.

No entanto, se fizermos um rápido cotejo, iremos verificar que as ações empreendidas pela FIAT em nosso Estado apontam em sentido contrário. Assim é que corroboram a nossa convicção de que a firme parceria da FIAT com o nosso Estado de Minas Gerais, iniciada em 1976, com a instalação de sua fábrica em Betim, permanece inalterada e se fortalecerá nos anos que se seguirão, por alguns fatos que podemos enumerar: o primeiro deles, de especial significação, é exatamente a transferência da sede da Fiat do Brasil S.A. para a nossa capital mineira no final de 1996.

Assinale-se também a construção de uma fábrica de motores em Betim, e outra de veículos comerciais leves em Belo Horizonte. Todas essas iniciativas fazem parte de um conjunto de investimentos orçados em US\$1,5 bilhão no período de 1997 a 2000.

Cabe ressaltar, ainda, a alvissareira notícia da contratação de 600 novos funcionários na fábrica de Betim, para ampliar a sua produção voltada, principalmente, ao mercado externo. Sem dúvida alguma, esse fato é de singular relevância dentro do particular momento da economia estadual, visto que além da geração de novos empregos diretos, temos também a possibilidade de aumento da arrecadação estadual com a maior produção, bem como o ingresso de divisas em moeda forte, pois a produção destina-se à exportação.

Acrescente-se a isso o fato de que, com o aumento da produção pela Fiat Automóveis, que passará de aproximadamente 1.600 para 1.800 carros por dia, ocorrerá também a abertura de novas vagas na indústria de autopeças. A previsão é que, a partir do crescimento do volume de compras pela FIAT, seus fornecedores realizem a contratação de pelo menos 2 mil novos empregos.

No ano do centenário de fundação da FIAT, que será comemorado em Turim, na Itália, no próximo mês de julho, é de se celebrar, na verdade, a clara direção apontada pelo Diretor-Superintendente Giovanni Razelli, que, em declaração ao jornal "Estado de Minas", diz: " Não vamos sair de Minas. O Grupo Fiat construiu em Minas Gerais o segundo pólo automotivo do país e não irá construir o terceiro".

Dentro dessa certeza, do que nos assegura a direção do Grupo Fiat, é que reiteramos a nossa confiança na ação lógica e responsável do Governo de Minas Gerais, na pessoa do nosso Governador Itamar Franco, em promover os atos necessários para o crescimento do nosso Estado, com a geração de empregos e a conseqüente adoção da justiça social que todos reclamamos.

Por estas razões, julguei oportuno ocupar-me da tribuna desta Casa, trazendo este assunto, para, ao ensejo, congratular-me com a FIAT e seus funcionários, na pessoa do Dr. Giovanni Razelli, por seu centenário, festejado neste 1999, formulando votos pelo continuado sucesso da empresa nos seus empreendimentos, notadamente os que se verificarem em nossa querida Minas Gerais, bem como parabenizá-lo por sua deliberação de continuar cultivando o solo fértil de Minas, neste importante segmento industrial.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, como representante também da questão da área de segurança pública, tenho estado preocupado a todo momento com a questão da segurança pública do nosso Estado e venho tornar público o projeto que estou apresentando nesta Casa, que diz respeito à questão da segurança pública. O projeto por mim protocolado nesta data dispõe sobre o registro e a publicidade dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais. "Art. 1º - O poder público manterá banco de dados, com a finalidade de integrar o registro e dar publicidade aos índices de violência e criminalidade deste Estado.

Parágrafo único - As políticas de segurança pública do Estado serão formuladas com base no banco de dados de que trata esta lei.

Art. 2º - Serão publicados, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado, os seguintes dados:..." Para abreviar, teremos o banco de dados com publicações de registros de ocorrências policiais, de flagrantes realizados, inquéritos policiais instaurados, de efetivo policial da Polícia Militar e Polícia Civil, que são empregados na área operacional, ou seja, no combate ao crime, e na área administrativa, também publicados seus percentuais por regiões do Estado, tornando, assim, transparentes as ações da Polícia Militar e Polícia Civil, para que o próprio povo também venha acompanhar em que região temos maior índice de criminalidade e onde as duas Polícias deverão atuar.

Acredito que é um projeto que somará muito às duas Polícias. Não só o Secretário de Segurança Pública, como o Comandante Geral da Polícia Militar, a própria população, o Poder Legislativo e todo o povo poderá fazer um acompanhamento. Esse é um dos projetos que apresentei.

O segundo projeto é também dentro da área de segurança pública, que já foi votado nesta Casa em dezembro de 98, a Emenda Constitucional nº 35, que concedeu aos Policiais Militares o direito ao adicional de periculosidade. Apesar de enfrentar bandidos todos os dias, com um índice de criminalidade crescente no Estado de Minas Gerais, como disse o Deputado João Leite, o policial militar não recebe o adicional de periculosidade. Houve um caso onde um dos patrulheiros que estava sob o meu comando ficou paraplégico numa troca de tiros, em março de 93, numa favela no bairro Jardim América.

O art. 1º desse projeto de lei diz que "será concedido adicional de periculosidade ao militar da ativa e do Corpo de Bombeiros Militar, na proporção das condições perigosas, insalubres ou penosas a que estiver submetido o servidor. Reputa-se perigosa, nas condições determinadas em regulamento, toda atividade de natureza operacional, no exercício da função policial ou de bombeiro". Esse projeto visa a garantir um direito adicional de periculosidade, que é concedido a todos os civis. A Emenda Constitucional nº 35 vem regulamentando no nível do Estado de Minas Gerais e agora um projeto de lei complementar também vem cobrar do Executivo uma maior agilidade na aprovação desse projeto.

Por último, quero deixar registrado nesta Casa que fui procurado pelo Cabo Lauro de Alcântara, da cidade de Nova Lima. O Policial teve sua casa invadida e sua esposa torturada por traficantes. Marginais traficantes chegaram a retirar sangue contaminado com HIV da língua de um dos traficantes e o injetaram em um dos seios da esposa do Policial Militar.

Venho tornar público este requerimento que faço ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos. (- Lê:)

"Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado que este subscreve requer de V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada reunião dessa Comissão com a presença dos convidados abaixo discriminados, com o objetivo de se discutirem propostas referentes à adoção de um programa de proteção a policiais e seus familiares em situação de risco pessoal decorrente do exercício de suas atividades profissionais e, em especial, em virtude do recente caso envolvendo o soldado Lauro de Alcântara, residente no Município de Rio Acima, e sua família, que foram, após serem ameaçados por vários dias, presos por indivíduos foragidos da prisão, os quais haviam sido detidos pelo citado militar, em seguida amarrados e cruelmente torturados em sua própria residência, culminando com um dos delinqüentes afirmando ser portador do vírus HIV, injetando seu sangue, retirado de sua língua naquele momento, no corpo da esposa do referido policial, conforme boletim de ocorrência anexo. Convidados: Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Deputado Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública; Dra. Vânia Lúcia Godói de Faria, Delegada Seccional de Nova Lima; Major PM Sérgio Rodrigues de Lima, Comandante da 1ª Cia. Independente de Nova Lima. Sala das Comissões, 26 de maio de 1999. Sargento Rodrigues."

Gostaria de deixar bem claro que venho suplicar, conchamar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para que se detenha sobre essa situação, essa tortura realizada por marginais contra a esposa de um policial militar, que, no momento, encontrava-se indefeso, pois estava no cumprimento do dever, no exercício de direito, trabalhando e defendendo a sociedade, enquanto sua própria esposa estava sendo vítima de marginais.

É uma violência que não podemos deixar passar, temos que apurar e solicitar a presença dessas autoridades nesta Assembléia Legislativa, para verificar quais as medidas emergenciais que estão sendo tomadas e para que a Comissão de Direitos Humanos cobre dessas autoridades e exponha publicamente que a Comissão vem desempenhando um papel sério, equilibrado e que, nela, existe verdadeiramente uma balança, porque ali tanto pode ser vítima um marginal denunciando os policiais militares e civis, como todo cidadão trabalhador; todo cidadão de bem pode vir aqui e merecer a mesma atenção dessa Comissão.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. traz para debate duas questões importantes: uma, da atuação policial; outra, da Comissão de Direitos Humanos.

Sobre o tema que V. Exa. aborda, ocorreu-me solicitar um aparte para dizer que, ainda há pouco, subscrevi um documento, juntamente com o Deputado Rogério Correia, a ser submetido, primeiramente, ao Presidente desta Casa e, subseqüentemente, ser remetido ao Presidente da República, a fim de que não dê posse ao Dr. João Batista Campelo, na direção do órgão máximo de inteligência na área policial, que é a Polícia Federal, por razões muito divulgadas pela imprensa e até liminarmente provadas, porque, pelo menos, a assinatura dele tem sido exibida freqüentemente em inquéritos policiais, em que as pessoas interrogadas foram notoriamente vítimas de violências e torturas.

Parece-nos que ele assume num momento em que não vai poder fazer nenhuma investigação, porque ele próprio será a pessoa mais investigada. Só isso já recomenda que ele não seja nomeado. Se já o foi, que a ele não se dê posse e, se se der posse, que ele seja exonerado, porque esse cidadão não terá condições de dirigir um órgão dessa magnitude, pelos problemas relativos a sua atuação no passado. Tortura é crime hediondo e inafiançável.

A sociedade brasileira, tão bem organizada como está no momento, quer ficar plenamente redemocratizada, e, justamente na área do Governo, não pode haver uma pessoa com esse perfil. Por essas razões subscrevemos esse documento. Esperamos que ele chegue às mãos do Presidente da República. Mas, antes disso, que ele possa se convencer de que esse cidadão, João Batista Campelo, não reúne condições para estar adiante desse órgão. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte do Deputado João Paulo. Tenho certeza de que os demais Deputados que fariam aparte dariam apoio a este Deputado no projeto ora apresentado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que concordo com o posicionamento do Deputado João Paulo. Mas gostaria de lembrar não só ao Deputado, mas também a todos os parlamentares, que a nossa Constituição é clara. Não concordo com a tortura, Deputado, e a repúdio veementemente. Sou totalmente a favor desse posicionamento. Contudo, a Constituição não pode ser rasgada, e a ele tem que ser dado amplo direito de defesa. A Constituição é muito clara quando diz que ninguém será considerado culpado antes do processo transitado em julgado. Nem a mídia nem os demais parlamentares, sejam da Assembléia, sejam do Congresso Nacional ou da Câmara Federal, deveriam julgar previamente o caso do indicado para a direção da Polícia Federal. Se, realmente, ele tiver sido condenado num processo transitado em julgado, é um assunto definido. Mas, se não foi, que seja dado a ele o direito de defesa e que seja respeitada a Constituição Federal. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/6/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.659 e 1.707, de 1999, e considerando decisão liminar exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no Mandado de Segurança nº 144.593-1, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 1º/4/99, que exonerou, a partir de 1º/4/99, Protásio da Terra Pereira, do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 1º/4/99, que nomeou Antônio Carlos Alves Brum, para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 1º/4/99, que nomeou Maria Alice das Graças Bayão Salgado, para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.595 e 1.599, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

nomeando Mário Lúcio dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Cunha

exonerando, a partir de 17/6/99, Lyria Vaz de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Cláudio Henrique Ribeiro da Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro.

Nos termos dos arts. 4º e 163, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, e à vista do Parecer da Mesa exarado em reunião de 4/5/99, assinou o seguinte ato:

concedendo à servidora Vitória de Toledo Soares, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistemas, padrão EL-37, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 13/5/99.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, assinou os seguintes atos tornando sem efeito as exonerações de Berenice Dourado Valente, Adalberto Brandão Diniz, Eliene Garcia, João Vilela Prado, Márcia Regina Martins da Silva, Marcos Rezende Spínola, Irê Isoldino da Silva Borges, processadas nos termos da Deliberação da Mesa de 1.586, de 29/1/99, publicada no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 30/1/99, tendo em vista o afastamento provisório dos respectivos servidores, conforme Decisão Judicial.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguinte atos relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 18/6/99, que exonerou Patrícia Martins Gomes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

exonerando Marton Victor dos Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete II - 8 horas;

exonerando Sueli Rejane Pinto Lopes do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Odovânio Antônio da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Lei nº 9.384, de 18/12/86, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 9.384, de 18/12/86, assinou os seguintes atos de exoneração do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25: Achilles

Alexandre de Araújo, Carla Martoni Mendes, Carlos José Reis Moura, Jenner Santos Nascimento e Mauro Jorge de Paula Bomfim.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, e nos termos do art. 21 da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c o disposto no art. 7º da Resolução nº 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

exonerando Helma Clark Hattler do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa, padrão S-02, código AL-DAS-2-04, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando José Luiz Martins Alves do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando Leonardo Ferreira Silva Neto do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Hebert Sousa Tavares do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 22/6/99, o Sr. Presidente, nos termos do art. 263, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 9.384, de 18/12/86, observado o disposto nas Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, e 434, de 9/4/90, assinou o seguinte ato:

dispensando Maria Ruth de Matos Carneiro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.